

1- ~~Abstenc~~ do PSD por nos est. os presentes
 1- 4 do CDS por us. estar presentes
 Aprovada por maioria
 1 voto IL
 1 voto PCP
 4 PS
 2 chega

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA AJUDA
 REALIZADA NO DIA QUINZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

----- **ATA NÚMERO DOIS** -----

----- (Mandato 2025-2029) -----

----- Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco reuniu, na sua Sede, sita na Calçada da Ajuda número duzentos e trinta e seis, a Assembleia de Freguesia da Ajuda, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Sandra Paula Ferreira da Silva Alves, coadjuvada por Nuno Filipe de Sousa Reis, Primeiro Secretário, e Ana Mafalda Portela da Silva de Sousa Viana Chaves de Matos, Segunda Secretária. -----

----- Com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- A. Intervenções do público;-----

----- B. Antes da Ordem do Dia;-----

----- C. Ordem do Dia:-----

----- I. Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia; -----

----- II. Apresentação, discussão e votação dos Documentos Previsionais para 2026;-----

----- III. Apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal 2026; -----

----- IV. Autorização de celebração de protocolos com as entidades: -----

----- 1. De colaboração com a Associação Academia de Jovens do Casalinho da Ajuda (Proposta JF nº 76/2025); -----

----- 2. De colaboração com a ANIMALIFE – Associação de Sensibilização e Apoio Social e Ambiental (Proposta JF nº 77/2025); -----

----- 3. De colaboração com a Academia Recreativa da Ajuda (Proposta JF nº 78/2025);

----- 4. De apoio financeiro com a Associação Animais de Rua – Esterilização e proteção de animais em risco (Proposta JF nº 79/2025); -----

----- 5. De colaboração com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ajuda – Cruz Verde (Proposta JF nº 80/2025); -----

----- 6. De cooperação com o Instituto de Agronomia de Lisboa (Proposta JF nº 81/2025); -----

----- 7. De colaboração com a ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (Proposta JF nº 82/2025); -----

----- 8. De assistência veterinária com a Liga Portuguesa dos Direitos do Animal (Proposta JF nº 83/2025); -----

----- 9. De colaboração com a AMETA – Associação de medicinas tradicionais e alternativas (Proposta JF nº 84/2025); -----

----- V. Alteração da Tabela de Taxas (Deliberação JF nº 86/2025);-----

----- VI. Normas de controlo interno (Proposta JF nº 85/2025); -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Joana Filipa da Graça Feliciano, Manuel Francisco Nóbrega Ornelas, Maria João Pereira Antunes Coelho Jorge e Manuel Guilherme Palma Leal Ceppas Catarino. -----

----- **Do Partido Chega (Chega)** – Morgana Filipa Flor de Assunção Alves e Emanuel Seixas de Almeida e Sousa. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU):** – Sandra Isabel Pinheiro Moreira de Almeida. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** Luis Paulo Carvalho Baía de Almeida. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Verónica Mendes de Carvalho.-----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** Tomás Coutinho de Lucena Barreiro. -----

----- Às vinte e uma horas, constatada a existência de *quórum*, **a Senhora Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.** -----

----- Disse que não tinha nada ensaiado para o início dos trabalhos, nem um discurso previamente escrito. Quem já a conhecia há alguns anos sabia que apelava sempre ao bom senso, ao urbanismo, a que não existissem conversas cruzadas entre eleitos, até porque ficava mal depois na ata, não se conseguiam fazer os registos devidamente.-----

----- Havia novos eleitos e pedia que ao falar se identificassem com o nome, com o partido a que pertenciam. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **Freguês Carlos Ribeiro** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa noite a todos. Começo por saudar os presentes e em especial aos novos eleitos para este mandato de 2025-2029, desejando a todos os melhores sucessos... tendo em conta os interesses das crianças e da democracia local.*-----

----- *Gostava de falar de um tema da ordem de trabalhos, que são os protocolos. Estive há dias na apresentação dos Jogos da Ajuda, que envolvem neste momento seis coletividades e oito modalidades. Chamou-me à atenção a duplicação de modalidades como o andebol e o futsal, que vão ser geridas por duas coletividades em simultâneo, o Império do Cruzeiro e a Sociedade Filarmónica do Chinquilha. Esta situação, digo eu, poderá... a ação de novos praticantes pela proximidade das coletividades, além de que os custos suportados pela Junta de Freguesia serão o dobro.*-----

----- *Diversos protocolos de colaboração entre a Junta de Freguesia da Ajuda e diversas entidades, onde está a Associação de Jovens do Casalinho da Ajuda. Como consta do protocolo, tem uma verba específica para as atividades que vão ser apoiadas... sendo assim automaticamente neste projeto dos Jogos da Ajuda. Logo que tenha acabado será possível o Executivo divulgar o custo dos diversos protocolos aprovados para 2025, sabendo que eles vão ser discutidos para 2026 com um valor superior a 45 mil euros?*-----

----- *Com tantos protocolos de colaboração entre a Junta de Freguesia e outras entidades, existe um que na minha opinião faz muita falta, um protocolo com uma farmácia. Não sei como se inicia o processo, se é com a Associação Nacional de Farmácias, se é com a Administração Regional de Lisboa, se é com o INFARMED, se é com a própria farmácia, mas uma coisa é certa, o nosso centro de saúde tem consultas até às 20 horas e uma pessoa que tem uma receita para aviar a essa hora não consegue, pois as farmácias da Freguesia estão fechadas, em contraste com Belém, que estão três farmácias abertas até às 21 horas e Alcântara com uma ou duas.*-----

----- *A Farmácia Moura e a do... são as que encerram mais tarde, às 20 horas. A deslocação a outro local poderá ficar mais caro do que... o que já aconteceu algumas vezes.*-----

----- *Já abordei o estacionamento de cargas e descargas na Travessa da Boa Hora diariamente após as 10:30, com uma poluição sonora. Não sei como é que o assunto está a ser resolvido.”*-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse esperar que esse mandato corresse tão bem pelo menos como tinham decorrido os anteriores. Pela sua parte teria a maior disponibilidade para que corresse tudo pelo melhor. -----

----- Em relação aos protocolos e os Jogos da Ajuda, na informação escrita explicaria um pouco mais sobre o projeto Jogos da Ajuda, embora no anterior mandato se tivessem aprovado minutas de celebração de acordo com as entidades sobre isso, mas queria responder que os Jovens do Casalinho da Ajuda também passaram a integrar o projeto Jogos da Ajuda.-----



----- Sobre a duplicação de atividades, o que fizeram foi deixar ao critério das coletividades onde se sentiam mais confortáveis e onde tinham mais interesse em desenvolver atividade nessas áreas, fazendo um esforço enorme para que não caíssem todas no futebol e no futsal, que era sempre o desporto mais fácil. Ainda assim houve algumas, tendo que ver com a história da coletividade, com a prática, com o desejo e com a experiência que tinham, sentiram-se mais confortáveis que eles fizessem o desporto que queriam fazer do que estar a impor projetos que depois não corriam bem. -

----- Também tinha a noção que algumas dessas modalidades seriam experimentais e podiam não vir a acontecer e também não ia nenhum mal ao mundo, se não corresse bem com o badminton experimentava-se com outra. Não queriam era que fosse a Junta a impor às coletividades. Já era tão difícil voltarem a ter atividade desportiva, que não fosse a Junta a impor-lhes atividades que eles não queriam, embora alguns tivessem aceite as propostas. -----

----- Como imaginariam, xadrez não seria a primeira opção, mas por exemplo o Sporting Clube Rio Seco aceitou acomodar o xadrez, uma modalidade a que se dava muita atenção, mas depois os meninos a partir do quarto ano, quando deixavam de estar nas escolas da Freguesia, não tinham onde praticar. -----

----- Era um modelo de experimentação, estava a começar e veriam como ia correr. No melhor dos casos teriam várias equipas, o que também não havia problema nenhum, no pior dos casos elas não iam continuar e se calhar teriam que perceber qual era o caminho. -----

----- O protocolo com farmácias parecia-lhe uma boa ideia, mas era uma atividade privada e que dependeria dos privados. Era uma questão de se sentarem a conversar. Se a ideia era a Junta de Freguesia pagar para a farmácia ficar de portas abertas, não lhe parecia uma grande ideia, mas podia ser com alguma boa vontade e argumentação. Também eram bons clientes das farmácias, a população tinha apoios para medicação, talvez isso fosse suficiente. A ideia era poder prolongar até às 21 horas, dar alguma margem. Podiam conversar sobre isso e comprometia-se a tentar falar com as farmácias e perceber o que se podia fazer. -----

----- O problema das cargas e descargas na Travessa da Boa Hora era evidente, mas acontecia em mais sítios. As cargas e descargas eram ocupadas permanentemente por carros que não estavam a fazer cargas e descargas, usavam aquilo como um estacionamento regular e em consequência as cargas e descargas eram feitas no meio da estrada, o que criava um problema. -----

----- Tivera oportunidade de reunir com o Senhor Comandante da Polícia Municipal, que era quem tinha competência nessa área, e partilhar com ele esse problema. Havia alguns problemas com o trânsito na Freguesia, um deles era a ocupação permanente dos lugares de cargas e descargas. -----

----- Outra coisa foi um hábito que não era muito comum na Ajuda, mas pelos vistos estava a ser importado de outros sítios, que era deixar o carro em segunda fila em permanência. Era de noite, depois alargava-se às primeiras horas da manhã, ia ficando e era um péssimo hábito, o benefício de uma pessoa incomodava toda a gente que passava por lá durante todo o dia. Tinha partilhado isso com o Senhor Comandante e o compromisso dele era que teria mais atenção a esse assunto. Tinha-lhe dito que isso só se resolveria com polícia apeada presente, não adiantava passar de carro, que era quilo que acontecia, polícia apeada presente que conhecesse as pessoas e os problemas, até porque alguns desses problemas eram sempre as mesmas pessoas. -----

----- Estavam atentos, a tentar com a Polícia Municipal ajudar a resolver e até já conversaram sobre o assunto, que aquele era um problema prestes a agravar-se na Travessa da Boa Hora. -----

----- **Freguês João Alves** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa noite, Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente do Executivo, restante público. Antes de mais importa afirmar com toda a clareza nesta minha intervenção que a Junta de Freguesia da Ajuda tem cumprido com as suas responsabilidades dentro de muito limitadas competências que a Lei lhe atribui na questão da habitação. Mas como sendo uma preocupação que cada vez mais afecta os jovens em idade que estão a licenciar-se e que estão a dar os primeiros passos na sua vida, decidi que era importantíssimo vir trazer este assunto para cima da mesa. -----

----- A Junta não tem e não pode decidir sobre a requalificação estruturante dos bairros sociais e camarários, não determina o tipo de habitação, essas responsabilidades pertencem somente à Câmara Municipal de Lisboa e ao Governo e é precisamente a eles que devemos dirigir estas perguntas que aqui vou fazer hoje e que peço a colaboração do Executivo para desfazer... -----

----- Nos últimos anos a pressão sobre o preço da habitação na ajuda atingiu níveis insustentáveis. Hoje o preço médio da venda por metro quadrado ronda os 5.205 euros. O preço médio de venda por metro quadrado é elevadíssimo e aumentou 13,3% no último ano. Questiono, acho que todos aqui temos essa capacidade para refletir, como é que um jovem que está a ganhar neste preciso momento 1.300 euros, que é o meu caso e de todos os jovens que acabaram de tirar as suas licenciaturas, ou na sua grande maioria se não forem doutores, questiono como é que é possível pagar uma casa no valor de 300.000 euros. -----

----- Com rendas médias a partir dos 21,9 euros por metro quadrado, eu questiono como é que este mercado livre vai permitir a que jovens ajudenses como eu, que estudámos aqui, que fomos criados nestas ruas, que jogámos à bola infinitamente até os meus pais e os pais de tantos outros nos chamarem para casa, como é que estes jovens acabados de tirar a licenciatura e a ter famílias com rendimentos bastante estáveis, e apesar disso, como é que podem, hoje em dia, ter uma casa na Ajuda? -----

----- A resposta pública tem sido manifestamente insuficiente. A CML recebe anualmente mais de 8.000 candidaturas à habitação social ou apoiada, mas apenas 2% dessas pessoas conseguem efetivamente aceder a uma casa. Isto significa que os programas anunciados com tanto entusiasmo pelo Senhor Engenheiro Carlos Moedas nos seus vídeos do TikTok, em que arregaça as mangas e fala para os jovens de uma forma muito arbitrária sobre o que se passa na vida real e que não deve saber o que é que se anda a passar, estão longe de responder às necessidades das populações, como a daqui da Freguesia da Ajuda. -----

----- Em 2025 mais um concurso do programa de renda acessível trouxe algumas centenas de fogos, mas quase nenhum para a Ajuda e quanto à construção da nova habitação pública na zona ocidental desde 2021, zero construções. O que não se compreende numa época que existe esta gigantesca crise habitacional. A consequência está à vista, famílias expulsas dos seus bairros, jovens incapazes de viver na Freguesia onde nasceram, cresceram ou estudaram, pátios e vilas que eram parte da identidade ajudense a desaparecerem, moradores a lutar para não perderem o que lhes resta como a Vila Boa Alma, ainda hoje em resistência. -----

----- Fala-se muito da habitação como prioridade política, mas quando observamos onde estão efetivamente localizadas as casas de arrendamento acessível constatamos que a Ajuda, uma das Freguesias com maior pressão imobiliária, continua sistematicamente esquecida. Os fogos surgem onde fazem menos diferença, não onde há maior necessidade. -----

----- Isto tem consequências gravíssimas. Estamos a perder talento, estamos a perder jovens, estamos a perder forças vivas de trabalho e, acima de tudo, estamos a perder

vitalidade comunitária e aqui na Ajuda isto é mesmo um exemplo. Eu posso falar que se calhar sou dos poucos jovens que têm interesse em vir a esta Assembleia falar, porque os jovens estão um bocadinho cansados desta falta de capacidade do Senhor Engenheiro Carlos Moedas em arregaçar as mangas a ir trabalhar. -----

----- Senhor Presidente, será possível indagar oficiosamente à CML e ao Governo sobre a existência ou não de um plano concreto, real e devidamente calendarizado, que garante a construção de habitação acessível na Freguesia da Ajuda, uma vez que é uma das Freguesias de Lisboa que atualmente sofre maior forte pressão imobiliária? -----

----- Está este Executivo disposto a defender, nas Assembleias de Câmara Municipal, a criação de quotas prioritárias para jovens ajudenses, antigos residentes, estudantes e trabalhadores com vínculo à Freguesia da Ajuda? -----

----- Como critério a considerar nos próximos concursos de habitação apoiada ou de renda acessível, pondera a Junta através de ofícios identificar e pressionar a urgência da reabilitação imediata dos imóveis municipais e estatais devolutos na Freguesia? ----

----- Pondera esta Assembleia criar uma comissão de acompanhamento da crise habitacional na Freguesia da Ajuda e promover um observatório local de habitação que permita recolher dados sólidos sobre a realidade da habitação na Ajuda e usar estas evidências sistemáticas para pressionar o Executivo da Câmara Municipal de Lisboa e o Governo com rigor técnico? -----

----- Senhor Presidente, não podemos continuar a ser espetadores da expulsão dos nossos. A Ajuda não pode permanecer refém de preços impossíveis, nem pode aceitar a descaraterização gradual da nossa comunidade. A Junta tem feito aquilo que pode, é uma verdade, agora é tempo de agir e defender os nossos direitos sobre quem tem o poder. Se realmente o Luís estiver a trabalhar, então ele que trabalhe.-----

----- Boa noite. Obrigado."-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o tema dificilmente poderia ser respondido em tão pouco tempo, até porque diria que era o mais grave dos problemas que enfrentava a Freguesia da Ajuda. Não só era grave, como não era de agora, tinha-se vindo a agravar. -----

----- O problema existia, tudo o que foi dito a grosso modo era absolutamente verdade, havia até um estudo há pouco tempo publicado e que dizia ter Lisboa o pior rácio renda/rendimento na Europa. Não só tinham rendas caras como ganhavam pouco e as duas coisas juntas eram explosivas, como era um assunto difícil de resolver. Não era propriamente fácil e tinha que ter várias soluções, não haveria uma varinha mágica para resolver o problema. -----

----- O mais importante era a reabilitação do existente, que era muito na Freguesia da Ajuda, com dois proprietários importantes, a Câmara Municipal de Lisboa e o Estado Central. Estavam a falar de muitos imóveis e os proprietários sabiam que tinham aqueles imóveis e o seu estado. Só a reabilitação e a construção de habitação nova podiam ajudar a resolver esse problema.-----

----- O mito de que bastava licenciar mais e que poder construir mais resolvia o problema era um absoluto mito, porque nenhum operador privado ia construir habitação para classe média quando existia tanta procura para classe alta. A lógica das empresas era ter lucro, como era normal, por isso teria que ser por promoção pública de diversas formas.-----

----- Tinham falado com a Câmara e o IRHU e infelizmente não havia planos imediatos para a construção nova na Freguesia. Havia agora um novo Executivo e também um Governo que não entrou há muito tempo, pela parte da Junta podiam contar com a pressão e com a ajuda da Assembleia para que esse caminho se fizesse de reabilitação e

construção nova, sabendo que era um problema tão grave que não se resolvia só com uma ou duas medidas. -----

----- Existiam outras, que por mais pequenas que fossem eram importantes. Por exemplo executar uma Lei que existia, que em casas devolutas o IMI duplicava, uma excelente Lei que estava em vigor e tinha era que ser aplicada. Tinham que ser fiscalizados os imóveis, identificados como devolutos para o IMI continuar a duplicar. Quando se passava pela Freguesia viam-se imensas casas devolutas e ninguém acreditava que todos os anos aquelas casas pudessem duplicar. -----

----- Tratando a Câmara e o Estado nas suas várias dimensões tão mal a sua propriedade, seria difícil impor aos privados que fizessem aquilo que eles próprios não faziam. Por isso dizia que o início seria mesmo reabilitar e construir mais, contariam com a Junta para fazer esse caminho. -----

----- **Freguês Paulo Ramos** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa noite Senhores Presidentes, caros Membros da Assembleia. Quero dar as boas vindas aos novos Membros da Assembleia e esperando que, ao contrário do que se passou nos últimos anos, estejam do lado dos ajudenses e das suas aspirações e necessidades. Não sejam mais uns “apparatchik” ao serviço dos partidos ou de qualquer poder instalado. Não se esqueçam que a vossa lealdade é sempre e primeiro com quem confiou o voto em vocês.* -----

----- *Felicito os partidos todos pela forma civilizada como decorreu o processo eleitoral. A democracia é isso, exige que em política não vale tudo, que a mentira, a falsidade e a manipulação não podem continuar a ser normais.* -----

----- *Senhor Presidente, queria felicitá-lo com a criação do novo bairro, o chamado Bairro das Açucenas, um bairro que tem 59 anos de vida na Ajuda e que eu nunca o vi, tal como muitos ajudenses.* -----

----- *Senhor Presidente, um bairro não se inventa por decreto ou por conveniência administrativa. O bairro é uma realidade urbana e social com critérios bem definidos e critérios que manifestamente não existem naquele conjunto de edifícios da Rua das Açucenas. Mas, pelos vistos, a Gebalis desconhece essa situação.* -----

----- *O que a população conhece, isto sim, é a retirada de uma zona verde que devia existir naquele local. A população do Alto da Ajuda, que foi esbulhada nesse espaço, como se não bastasse assistimos também a uma represália clara na alteração dos nomes de algumas ruas, das pessoas que tiveram a coragem de enfrentar na altura essa construção ilegal. Não sou eu que digo, mais uma vez é o Tribunal Administrativo de Lisboa.* -----

----- *Isto não é urbanismo, isto é retaliação encapotada, uma retaliação que alegadamente também aconteceu a quem reclamou das condições existentes nesses edifícios com o aumento de rendas. Neste momento correm obras ilegais nesse bairro, obras ilegais que não têm qualquer informação. Na quinta-feira foi colocado este poster, que deve ser obrigatório em qualquer obra e que não estava preenchido até hoje. Esta fotografia é de hoje de manhã, um símbolo perfeito da falta de transparência que reina neste processo. Há ocupação ilegal do espaço público com materiais de obras e trabalhadores sem equipamento de segurança mínimo. A Polícia Municipal foi informada e, como tantas outras vezes, nada fez. Isto já não é descuido, é conveniência institucional.* -----

----- *Em setembro deste ano, no Bairro do Caramão, fiscais da Câmara Municipal aplicaram dezenas de multas, com valores mínimos de 150 euros, a moradores por terem caixotes no lixo na rua após determinada hora. Isto foi em setembro, estranhamente, as multas chegaram depois das eleições.* -----

----- Às 12h45... isto é a frente do gabinete de fiscalização da Câmara Municipal de Lisboa, na Praça do Município, caixotes à vista. Quem é que paga a multa? É o Senhor Carlos Moedas? Será que os 150 euros não é uma maneira de andar os municípios a financiar a Câmara Municipal de Lisboa? Esta é a política da caça à multa. -----

----- Sem se instalar ecopontos é socialmente injusta e moralmente indefensável. Penaliza sobretudo idosos e pessoas com mobilidade reduzida, que não conseguem subir ou descer as escadas do Bairro do Caramão com caixotes cheios. Há pessoas literalmente presas em casa por decisões administrativas tomadas em gabinetes, por gente completamente desligada da realidade do terreno. -----

----- Sei que há mais de seis anos existe um projeto na Câmara Municipal pronto para execução, fechado numa gaveta. A apresentação chegou a ser marcada numa coletividade do Caramão e foi cancelada sem qualquer explicação poucos dias depois. A pergunta é simples, o projeto vai avançar ou a Câmara Municipal de Lisboa vai continuar a empurrar este problema para debaixo do tapete, fingindo que ele não existe e financiando-se à conta dos municípios?-----

----- Quanto à Comissão de Moradores, enviámos dois pedidos de informação ao Senhor Ministro da Defesa sobre o Hospital Militar de Belém, situado na Boa-Hora, que deveria ter sido respondido até hoje, que não foi, seguirá os processos legais, bem como ao Ministério das Finanças relativo à Torre do Galo, que misteriosamente agora lembraram-se da Torre do Galo, não sei porquê.-----

----- Muito sinceramente, por último queria agradecer pessoalmente ao Luis Paulo por se ter lembrado do Nuno Moreira, que nos deixou faz amanhã cinco anos, no seu discurso de tomada de posse. Todos perdemos, a Ajuda perdeu e, infelizmente, continua lamentavelmente esquecido pelo seu próprio partido, o CDS. -----

----- Muito obrigado, desejo a todos e à vossa família um santo e feliz Natal e um próspero Ano Novo." -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que eram colocados vários assuntos e alguns deles davam uma noite inteira de conversa, mas ia tentar sintetizar. -----

----- O Bairro das Açucenas não existia, no único sítio onde via escrito era nos prospetos da Gebalis. Numa visita há dois ou três anos com a Senhora ex Vereadora Filipa Roseta, ela também disse que aquilo se chamava Bairro das Açucenas e tivera oportunidade de lhe dizer que era Rua das Açucenas, Bairro do Alto da Ajuda. Cada um com os seus nomes e não era que não pudessem mudar, mas não estava a ver razão para isso e ainda por cima estavam a falar de um bloco de casas. Não seria por isso que ia grande mal ao mundo. -----

----- O que acontecia lá, não sabia se toda a gente percebeu, era um processo que começou em agosto de 2023, umas obras, estava na praia quando recebera o primeiro telefonema de que estavam a partir os miradouros da Rua das Açucenas. Desde 2023 que não sabiam o que lá iria acontecer, Junta de Freguesia e residentes. Já todos tiveram reuniões com a Câmara, já tiveram interlocutores da Gebalis, a obra parava e voltava a começar. Ainda na semana anterior voltara a fazer novo ofício para darem um ponto de situação, porque só queriam perceber como ia terminar a obra e em que prazo para saber o que podiam achar sobre tudo aquilo.-----

----- Era um processo kafkiano, que achava que a própria Gebalis já perdeu a noção do que estava a fazer. Temia que a boa intenção inicial de estancar as infiltrações não fosse resolvida através daquela obra. A obra estava a resolver o problema das coberturas, quando as infiltrações possivelmente eram do muro de suporte e estavam a falar de uma obra que ultrapassava um milhão de euros, era de uma grande dimensão. -----

----- Podia ser que novos Vereadores, novas cabeças arranjassem uma solução para o problema. Pela parte da Junta voltaram a pedir um ponto de situação. Se havia lá

peessoas sem equipamento, se fizessem chegar as fotografias fariam chegá-las às entidades fiscalizadoras. Imaginava que a Gebalis não teria grande responsabilidade, mas alguém haveria de ter, empreiteiro ou sub-empreiteiro, por aí fora, mas era uma questão de fazer chegar às entidades competentes. -----

----- Multas e ecopontos, imaginava que fosse da Rua Raul Proença. Para quem não conhecia, era uma rua que tinha dois lados muito diferentes, um lado que descia e outro lado que subia. O lado que descia não tinha grande problema, as pessoas tinham a relação do seu quintal com o contentor da higiene urbana, mas o lado que subia era um problema porque tinha uma escadaria que em certos casos ultrapassava os cinco ou seis metros e para algumas pessoas só subir a escadaria já era difícil, transportar o contentor por vezes cheio era absolutamente impossível. -----

----- Para resolver o acesso das pessoas e dos contentores foi ao longo dos anos desenvolvido um projeto que em 2021 estava pronto, faltava apenas a apresentação pública. Na Junta de Freguesia, até devido ao mau resultado do último projeto que se tinha feito por lá, disseram que não davam parecer positivo a nenhum projeto que não fosse apresentado primeiro à população, viam todos e conversavam sobre ele e depois avançavam. Acharam que estavam em vésperas de eleições e que já não havia condições para essa apresentação pública e passou para o próximo mandato. -----

----- Esse projeto continuava feito nalgum sítio, garantiram que ele estava feito, não o tinha visto, mas quem disse à época era responsável por ele e não tinha razão nenhuma para mentir. A própria Câmara já respondeu a vários cidadãos que estavam com alguns problemas com o PRR, o que estranharam porque a ideia era que faltavam projetos para poder executar o dinheiro, quando nesse caso tinham o projeto e faltava outra coisa qualquer. -----

----- O compromisso era que iriam continuar a bater-se para que aquele projeto fosse apresentado à população, para perceberem se ele resolvia ou não o problema. O princípio básico dele era que em cada uma das ruas, a Raul Proença e as duas abaixo, cada rua tinha uma rampa e resolvia o problema da mobilidade com ecoilhas subterrâneas da higiene urbana. Resolvia também o problema do estacionamento, porque agora estava do lado dos portões, o que não era muito rentável, podendo ir para o lado oposto com algumas alterações. Era isso tudo que o projeto iria resolver e continuariam a bater-se para que ele fosse a público. -----

----- Quanto às multas, já não era desse departamento. Sobre a Torre do Galo, mais à frente diria mais alguma coisa. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **Membro Joana Feliciano (PS)** apresentou o seguinte documento: -----

Moção

“----- *Pela Execução Urgente do Centro Intergeracional da Ajuda* -----

----- *Considerando que:* -----

----- 1. *A Freguesia da Ajuda, tal como toda a Zona Ocidental de Lisboa, enfrenta um grave défice de equipamentos sociais públicos ou de economia social capazes de responder às necessidades reais da população, nomeadamente Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) e creches.* -----

----- 2. *O Centro Intergeracional da Ajuda, prometido há vários anos pela CML, constitui uma resposta essencial para inverter este cenário, ao integrar num único equipamento valências para infância, idosos, apoio às famílias e atividades intergeracionais, garantindo maior coesão social no território.* -----

----- 3. *Este projeto à data da presente moção tem a decorrer uma terceira Petição Pública on-line e já tinha sido objeto de duas Petições Públicas subscritas por mais de dois mil cidadãos da Ajuda e de Lisboa, reconhecida como legítima e pertinente pela*



Assembleia Municipal de Lisboa e aprovada por unanimidade em plenário, havendo também uma terceira petição online a correr.-----

----- 4. *O relatório da 6.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa confirma que, ao longo de vários mandatos, sucessivos executivos municipais anunciaram a intenção de instalar o Centro Intergeracional, sem que tal compromisso tenha sido concretizado até ao presente.*-----

----- 5. *O mesmo relatório evidencia ainda um diferendo entre o Ministério da Defesa Nacional e a Câmara Municipal de Lisboa relativamente ao destino e à forma de cedência do Convento da Boa-Hora, impasse que continua a bloquear o avanço do projeto, apesar de o edifício se encontrar há anos degradado e subaproveitado. A Comissão reafirma a urgência de iniciar o processo conducente à concretização do Centro Intergeracional, recomendando à CML e ao Governo a adoção de medidas imediatas para desbloquear a situação.*-----

----- 6. *É igualmente relevante notar que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, entidade com competência legal em matéria de apoio social em Lisboa, não dispõe de instalações de suporte na zona Ocidental e não apresentou até hoje garantias sobre a execução deste ou de outro equipamento que permita a sua intervenção social no território.*-----

----- 7. *Apesar da relevância reconhecida e da necessidade comprovada, não existem progressos visíveis, não há comunicação pública recente da SCML sobre este projeto e mantém-se o impasse entre o Ministério da Defesa e a Câmara Municipal de Lisboa, continuando a população da Ajuda e da Zona Ocidental sem respostas sociais fundamentais.*-----

----- *Os Eleitos do Partido Socialista, no uso das suas competências regimentais e estatutárias, apresentam a seguinte moção, para que a Assembleia de Freguesia da Ajuda delibere que a Junta de Freguesia:*-----

----- 1. *Exija à Câmara Municipal de Lisboa:*-----

----- a) *Que priorize de imediato a execução do Centro Intergeracional da Ajuda, definindo e publicando um calendário claro para todas as fases do projeto.*-----

----- b) *Que intensifique as negociações com o Ministério da Defesa para desbloquear o processo de cedência ou transferência do Convento da Boa-Hora.*-----

----- c) *Que informe regular e detalhadamente a Assembleia de Freguesia da Ajuda e a população sobre o ponto de situação, avanços, obstáculos e decisões referentes ao projeto.*-----

----- 2. *Insta a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a:*-----

----- a) *Assumir plenamente o seu papel social na Ajuda e na Zona Ocidental, apresentando publicamente o ponto de situação relativo à criação de instalações próprias no território.*-----

----- b) *Definir os recursos, modelos de gestão e compromissos necessários para assegurar a concretização do equipamento, em conformidade com a sua missão legal de apoio à infância, às famílias e à população idosa.*-----

----- 3. *Apele ao Ministério da Defesa Nacional para:*-----

----- a) *Resolver com carácter urgente a situação jurídica e administrativa relativa ao Convento da Boa-Hora, permitindo a instalação de um equipamento social num edifício atualmente subutilizado e em estado de degradação.*-----

----- 4. *Reafirme que:*-----

----- a) *A Freguesia da Ajuda não pode esperar mais.*-----

----- b) *A população não pode continuar sem respostas sociais estruturantes.*-----

----- c) *A construção do Centro Intergeracional da Ajuda é uma prioridade absoluta e um compromisso que tem de ser concretizado após anos sucessivos de adiamentos.*-----



----- 5. *Que dê conhecimento da presente moção:* -----
----- a) *À Câmara Municipal de Lisboa*-----
----- b) *Ao Ministério da Defesa Nacional* -----
----- c) *À Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*-----
----- d) *À Assembleia Municipal de Lisboa*-----
----- *Lisboa, 11 de dezembro de 2025*-----
----- *Pelos eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia da Ajuda, Joana Feliciano* ----- ”

----- **Membro Verónica de Carvalho (CDS-PP)** disse que o Centro Intergeracional da Ajuda era comum a vários partidos e nomeadamente ao CDS. Era um projeto que gostariam de ver executado nesse mandato. No entanto, também não era segredo para nenhum dos partidos a posição do Ministério da Defesa. -----

----- Existiam alguns pontos na moção que em particular não fariam votar no sentido da aprovação, desde logo o exigir. A palavra “exigir” não era uma escolha feliz, fazia-se negociando e chegando a acordo e não com exigências. -----

----- Também não entendia de que forma o Ministério da Defesa Nacional era obrigado a ceder um espaço ou a transferir um espaço. As negociações eram feitas entre as entidades, não necessariamente por exigência ou por transferências do espaço. Dito isso, esperava que se conseguisse chegar a acordo para a execução de um centro intergeracional, que vários partidos ali queriam. -----

----- **Membro Emanuel Sousa (Chega)** disse que estavam a falar de um facto já com vários anos, que já conheceu vários executivos de PS e PSD e todos prometeram o centro. Portanto, não podiam ficar indiferentes de que ele era preciso na Ajuda. -----

----- A Ajuda era uma Freguesia muito envelhecida, disso não havia dúvida e o centro intergeracional era um equipamento que fazia falta há anos, não podiam criticar uma exigência quando, no fim de contas, já estavam a falar do centro intergeracional há pelo menos oito ou nove anos, não era uma coisa de há oito dias e muito menos de há oito meses. Estavam a falar de uma necessidade premente que ia ajudar os jovens da Freguesia e ao mesmo tempo juntar os mais idosos, a terceira idade que tinham na Freguesia. -----

----- Iriam votar a favor da moção e não ficariam indiferentes à necessidade que já ia demasiado atrasada, já estavam a perder demasiados anos nesse conceito que não saía do papel, mas tinha que ser executado o quanto antes. -----

----- **Membro Sandra de Almeida (CDU)** disse que obviamente iria acompanhar, porque como todos bem sabiam também o PCP esteve desde a primeira hora envolvido nesse projeto, que pecava de facto por tardio e não estavam propriamente a falar de semântica. Percebia a posição do CDS, mas iria acompanhar a votação num sentido positivo. -----

----- **Membro Luis de Almeida (PSD)** disse que era uma luta já com alguns anos ou de algumas décadas, em que primeiro não havia a ideia do centro intergeracional, havia a ideia de reabilitar o Hospital Militar de Belém. Depois foi também o conceito sobre as antigas instalações do Convento da Ajuda e uma das coisas que podiam notar ao longo dos anos foi que tiveram executivos, tanto os camarários como por parte do Governo, entre o PS e o PSD. Achava que era um falhanço de todos, nunca conseguiram avançar com esse projeto. -----

----- Havia duas questões ali que eram fundamentais. Primeiro que tudo precisavam perceber se era possível desagregar a parte do convento da parte do hospital. Ao mesmo tempo que se tentava encontrar uma solução para a parte do convento também tentar perceber o que iria ser feito relativamente às instalações do Hospital Militar de Belém. -



----- Por outro lado, era uma questão também jurídica, a Câmara Municipal de Lisboa não tinha qualquer jurisdição sobre esse equipamento, mas uma das coisas que também percebiam ao longo dos anos era que tentaram constantemente apostar nessa solução para as antigas instalações do convento e teriam que pensar um pouco mais à frente. O que a população esperava era que, não havendo uma solução para ali, que fossem capazes de encontrar um centro intergeracional na Freguesia. -----

----- Uma das coisas que iria propor na moção era que fosse acrescentado um ponto, que no caso de não ser possível desbloquear o processo do Convento da Boa-Hora, que fosse possível encontrar outras soluções para o efeito. Isso fazia a diferença total na moção, porque ali não estavam a focar naquele que basicamente era o melhor equipamento que podiam ter, mas tinham de perceber que em algumas coisas nem a Câmara tinha competências, nem a Assembleia de Freguesia e o próprio Executivo tinham competências e parecia-lhe que o mais importante para a população era que se encontrasse um sítio. -----

----- **Membro Joana Feliciano (PS)** agradeceu as intervenções e o facto de ser um ponto em comum. Estavam ali de facto em prol dos ajudenses e da Freguesia. -----

----- Quanto à semântica, sabia que nem todos os textos iam agradar a toda a gente, mas esperava que essa parte do bem comum prevalecesse no fim. -----

----- Já se mencionou que era uma questão com muitos anos e uma luta constante, podiam ver a possibilidade de olhar com uma outra perspectiva no caso de não ser possível desbloquear o convento para essa missão, conseguindo apontar outros locais. --

----- Valia a pena reforçar que mais uma vez acabava por ser um impasse político e administrativo e não apenas técnico, isso via-se em todas as intervenções. Um trabalho de advocacia que era feito há largos anos e que era apenas mencionado ali. A Ajuda não podia continuar a parar no berço da inação política e administrativa de outras entidades e por isso estavam ali para pressionar e olhar de todos os ângulos para conseguir chegar ao tão desejado centro intergeracional. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que não tinha percebido se iam incluir ou não o ponto sugerido. -----

----- **Membro Joana Feliciano (PS)** respondeu que achava bem acrescentar ali outra perspectiva. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** perguntou qual seria o texto dessa perspectiva a acrescentar, qual a redação. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- Continuando, disse que era acrescentado um ponto d) na exigência à CML, com a seguinte redação: “No caso de não ser possível uma solução no Convento da Boa-Hora se possam indicar outras localizações para o efeito na nossa Freguesia. -----

----- Submeteu à votação a **Moção “Pela Execução Urgente do Centro Intergeracional da Ajuda”**, com as alterações assinaladas, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Membro Joana Feliciano (PS)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Moção** -----

“----- *Contra a Insuficiência do Aumento do Financiamento do Governo às Juntas de Freguesia para 2026* -----

----- *Considerando que as Juntas de Freguesia assumem diariamente um conjunto alargado de serviços essenciais à população, incluindo a manutenção do espaço público, higiene urbana, apoio às escolas, manutenção de jardins, mercados, atendimento ao público e outras funções de proximidade, cuja execução depende maioritariamente do trabalho dos assistentes operacionais (cantoneiros, jardineiros, auxiliares de ação educativa, trabalhadores de mercados, entre outros).* -----

----- Estes trabalhadores representam, em todas as freguesias, a maior despesa corrente dos orçamentos, sendo o impacto da atualização anual do salário mínimo particularmente significativo. -----

----- Para 2026, o Governo, suportado pela AD, definiu o novo valor do salário mínimo nacional em 920 euros, o que representa um aumento de 5,7% face a 2025, e que poderia ser até maior, tendo em conta as enormes dificuldades que esses funcionários enfrentam, especialmente no custo com a habitação. -----

----- No entanto, está previsto no Orçamento do Estado um aumento de apenas 2,5% do financiamento global destinado às freguesias, valor claramente inferior ao necessário para compensar os encargos adicionais decorrentes do aumento salarial. -----

----- Assim o aumento do salário mínimo, em vez de ser acompanhado de uma compensação financeira adequada, irá ficar a cargo dos valores próprios das Juntas de freguesia. -----

----- Este que é o pior orçamento dos últimos cinco anos, para as freguesias, irá prejudicar diretamente a capacidade das juntas de cumprir as suas competências legais. -----

----- Importa ainda registar que, foi chumbada uma proposta apresentada pelo Partido Socialista na Assembleia da República, no sentido de repor valores mais justos e adequados, demonstrando a falta de vontade política de corrigir esta insuficiência de financiamento. -----

----- Assim, os eleitos do Partido Socialista, no uso das suas competências regimentais e estatutárias, solicitam à Assembleia de Freguesia da Ajuda que delibere: -----

----- 1. Manifestar a sua oposição à decisão do Governo de aumentar o financiamento das freguesias em apenas 2,5%, valor que não cobre o acréscimo real de despesa provocado pela atualização do salário mínimo nacional em 5,7%. -----

----- 2. Reivindicar que o Governo proceda à revisão desta atualização, garantindo um aumento do financiamento que corresponda, pelo menos, ao impacto direto das atualizações remuneratórias obrigatórias. -----

----- 3. Apelar à Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) e à Área Metropolitana de Lisboa para que intensifiquem a intervenção política e institucional no sentido de defender um modelo de financiamento justo, proporcional às competências exercidas localmente. -----

----- 4. Enviar a presente moção ao Governo da República, à Assembleia da República e à ANAFRE, dando conhecimento da posição da Assembleia de Freguesia da Ajuda. --

----- Lisboa, 11 de dezembro de 2025 -----

----- Pelos Eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia da Ajuda, Joana Feliciano ----- ”

----- A Senhora Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Contra a Insuficiência do Aumento do Financiamento do Governo às Juntas de Freguesia para 2026”**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor, 1 voto contra e 4 abstenções. -----

----- Membro Verónica de Carvalho (CDS-PP) apresentou o seguinte documento: -----

----- **Voto de Saudação** -----

----- “----- Pelo 25 de Novembro de 1975-----

----- O regime político autoritário do Estado Novo, que vigorou durante praticamente toda a primeira metade do século XX em Portugal, encontrou o seu fim a 25 de Abril de 1974. Foi uma das mais longas ditaduras da Europa, somente ultrapassada pela URSS.



----- No entanto, a liberdade pretendida e aclamada nessa data foi sucessivamente desafiada pela evolução dos acontecimentos, que visavam a implementação de um regime muito distinto do democrático. -----

----- A instabilidade política e social, a degradação progressiva da relação entre o 2º governo provisório e a presidência da República, as ocupações de terras, a nacionalização de meios de produção e diversos sectores da economia portuguesa, as perseguições, saneamentos e prisões arbitrárias, tantas vezes por delicto de opinião, conduziram o país a um período de radicalização política, conhecido como PREC (Processo Revolucionário em Curso). -----

----- Esse período tornou evidente a vontade que uma minoria tinha em instaurar no país um regime político idêntico aos que vigoravam a leste do muro de Berlim. -----

----- No dia 25 de Novembro algumas unidades militares, ligadas à esquerda revolucionária, invadiram bases aéreas militares e o aeroporto da Portela, controlaram estradas, ocuparam a RTP. O golpe antidemocrático estava em marcha. --

----- Porém, a coragem e a determinação dos moderados que souberam conter o golpe com eficácia, evitando uma guerra civil e um generalizado banho de sangue, apesar do triste e heróico episódio dos dois militares Comandos, o tenente José Coimbra e o furriel Joaquim Pires, que tomaram em defesa da democracia, na Calçada da Ajuda. Desses moderados destacam-se os nomes de Ramalho Eanes, Costa Gomes, Melo Antunes, Vasco Lourenço, Rocha Vieira, Jaime Neves, entre outros, todos eles "militares de Abril". -----

----- É nosso dever celebrar e homenagear esses "homens bons", que não traíram o espírito de Abril, agindo para que possamos viver, hoje, em Liberdade e Democracia, num país pacífico, aberto e tolerante e num estado de direito democrático e liberal, idêntico aos estados livres e mais prósperos do mundo. -----

----- Considerando que: -----

----- Celebrar o 25 de Novembro é uma questão de memória histórica, sentido de justiça e de gratidão. -----

----- Se o 25 de Abril protagonizou a queda de um regime autoritário, foi a 25 de Novembro que esse se cumpriu plenamente, com a instauração do regime democrático. -----

----- Esquecer o 25 de Novembro significa sacrificar o melhor do 25 de Abril, desvalorizar a democracia, reescrever a história, tratar com injustiça figuras maiores da nossa democracia que lutaram e venceram pela nossa liberdade. -----

----- Assim, o grupo do CDS-PP propõe à Assembleia de Freguesia da Ajuda que delibere: -----

----- 1. Manifestar o seu agradecimento a todos os que ousaram contrariar a deriva extremista, com particular ênfase ao denominado "Grupo dos Nove", ao coordenador operacional General Ramalho Eanes, e a todas as unidades militares da Região Militar de Lisboa que consubstanciaram a derrota da mesma, com destaque para os Comandos da Amadora. -----

----- 2. Saudar a Assembleia da República por, pela primeira vez e de forma institucional, comemorar esta importante data. -----

----- Lisboa, 15 de Dezembro de 2025 ----- "

----- **Membro Sandra de Almeida (CDU)** começou por dizer que naturalmente não pretendia dar ali uma aula de história, porque tinham visões diferentes e cada um na sua barricada. -----

----- Havia um facto que era importante, o General Costa Gomes era na altura o Presidente da República e que ao contrário desses ditos moderados, que queriam tanto ilegalizar o PCP, resolveu não o fazer. Presumia que por algum motivo. -----

----- Vasco Lourenço também não quis participar nas comemorações do 25 de Novembro, fosse-se lá saber porquê e o próprio Ramalho Eanes resolveu dizer que era uma data tão polémica que não valia a pena ser celebrada. Entretanto virou o discurso e resolveu anuir nessa questão que todos os anos levavam ali, que o 25 de Novembro foi tirar o papão da a União Soviética do país, para outros foi uma tentativa frustrada de dar cabo daquilo que foram conquistas que até agora os mais incautos continuavam a achar que estavam bem era 24 de abril e não no 25. -----

----- Naturalmente que o PCP tinha uma posição contrária. Vivia-se em democracia e a democracia era isso. Todos os anos havia esse debate e o PCP iria votar contra o que ali estava espelhado, que no seu entender não correspondia sequer à realidade. Estavam convictos que o 25 de Novembro foi mostrar era aquilo que ficou muito por cumprir daquilo que foram os ideais de Abril e também por isso estavam atualmente no estado em que estavam. Iria votar contra. -----

----- **Membro Manuel Ornelas (PS)** disse que o Partido Socialista apresentava o seu voto contra a proposta do CDS de saudação ao 25 de Novembro de 1975, que pretendia conferir a essa data um estatuto comemorativo equivalente ao 25 de Abril e era na sua génese extemporânea. -----

----- Em primeiro lugar, não era possível comparar a natureza nem o impacto histórico dessas duas datas. O 25 de Abril de 1974 foi um ato revolucionário popular que derrubou uma ditadura de quase meio século, que terminou com a censura, libertou presos políticos, pôs fim às guerras coloniais, inaugurou um projeto democrático de liberdade e justiça para todos os portugueses. Um momento que ficou conhecido como “o dia inicial inteiro e limpo da democracia portuguesa”. -----

----- Por contraste, o 25 de Novembro de 1975 foi um episódio militar associado ao fim do processo revolucionário em curso e a um movimento das Forças Armadas que tentaram que tentaram direcionar pela força a transição política em sentido ideológico. Essa data representava no essencial um ajuste de contas entre facções políticas e militares com uma tentativa de golpe de Estado e com uma reação militar que conteve essa tentativa e não um momento de expressão popular democrática. -----

----- Se quisessem até ser rigorosos historicamente podiam também falar, como era explícito na moção, da vitória dos moderados, mas não esquecendo que outras facções políticas também atuavam durante o PREC, nomeadamente com um grande número de vítimas que ocorreram nesse período e devido sobretudo aos atentados bombistas da extrema direita. -----

----- A tentativa de equiparar o 25 de Novembro ao 25 de Abril podia distorcer a memória coletiva e desvalorizar a singularidade da revolução dos cravos, um momento que abriu um novo capítulo na história portuguesa e que tinha paralelo entre a... ruturas institucionais e conquistas sociais. -----

----- No plano político e ideológico, figuras que estiveram na linha de defesa da democracia, como Francisco Sá Carneiro, sublinharam repetidamente a importância de limitar a revolução permanente e salvaguardar os valores democráticos contra qualquer forma de militarismo. Como ele próprio afirmou, a revolução permanente conduzia à ditadura, pois prejudicava a democracia e preparava o caminho para a falta de liberdades. Uma advertência relevante para qualquer interpretação que tentasse sobrevalorizar um evento militar polarizador, em detrimento das liberdades fundamentais conquistadas popularmente a 25 de Abril de 1974. -----

----- Do mesmo modo, Diogo Freitas de Amaral, outro dos chamados pais da democracia portuguesa, sempre defendeu a transição democrática e devia ser lembrada como a vitória das forças democráticas e pluralistas e não como o triunfo de uma revolução militar de polarizações internas. A memória democrática devia enfatizar a



liberdade, o pluralismo, a tolerância de valores inerentes ao 25 de Abril, mas que eram essencialmente ausentes da natureza conflituosa do 25 de Novembro. -----

----- Era até irónico que o partido autor dessa moção justificasse a importância dessa data para a viabilização posterior da Constituição da República Portuguesa em 1976, quando a procuraram chumbar, votando contra a mesma. E ainda mais curioso seria mesmo que a oposição de direita democrática procurasse, como seu primeiro ato, fazer de forma dissimulada o revisionismo histórico bacoco em jeito de serviço à extrema-direita para forjar qualquer mito fundador, em vez de trazer uma proposta concreta, uma ideia que dissesse algo à vida dos fregueses que os elegeram, fosse habitação, higiene urbana, ordenamento de território ou até mesmo o intergeracional, que foram referidos largamente pelos fregueses. -----

----- Finalmente, o 25 de Novembro não representava o marco fundador de mudanças democráticas por si só. Ele foi apenas um episódio no prolongado processo de estabilização democrática que teve início com o 25 de Abril de 1974 e a aprovação da Constituição da República em 1976. Foi uma consequência direta da vontade popular expressa em Abril e não um desígnio do 25 de Novembro. -----

----- Por essas razões, não se justificava, nem era historicamente rigoroso atribuir ao 25 de Novembro de 1975 um estatuto cumulativo comparável ao 25 de Abril de 1974. A memória da democracia devia preservar a singularidade dos momentos que realmente representaram a conquista das liberdades e dos direitos fundamentais e o 25 de Abril permanecia incontestavelmente o verdadeiro marco fundador desse caminho. -----

----- Pelo exposto, iriam votar contra a proposta do CDS em apreciação. -----

----- **Membro Emanuel Sousa (Chega)** disse que depois da exposição do Partido Socialista ficavam espantados. No fim de contas, no 25 de Novembro de 1975 a figura principal democrática que os Estados Unidos tinham como representante principal no país chamava-se Mário Soares, fundador do PS. Se Mário Soares estivesse a ouvir essas declarações ficaria espantado, surpreendido com essa deriva do Partido Socialista. -----

----- Da parte do Chega, apesar das discordâncias em alguma forma como o texto da moção estava a ser feito, não podiam esquecer que o 25 de Novembro foi uma confirmação de Abril. Foi um dos episódios, como já foi dito, que ajudou a confirmar. Começou com o 25 de Abril, data inegável e que tinha a sua celebração de vida com um feriado, com um desfile na Avenida da Liberdade e em mais sítios que todos conheciam, sessão solene no Parlamento, o General Pires Veloso, o Mário Soares que fugiu para o norte, Sá Carneiro. Tiveram o país de Rio Maior para cima e de Rio Maior para baixo. -

----- Os Comandos que funcionavam ali bem perto, a Lanceiros 2, deviam ter melhor respeito por parte das bancadas, dos ajudenses e de todos enquanto representantes democráticos. -----

----- Não se estava a pedir que o 25 de Novembro fosse um feriado, estavam a pedir sim era que fosse lembrado como uma data em que a partir da qual deixaram de ter, por exemplo, sequestros no Parlamento, como aconteceu umas semanas antes do 25 de Novembro, tiveram o sequestro do Parlamento, que era mundialmente conhecido e sabido qual foi a reação do Almirante Pinheiro de Azevedo, ou demais reações que depois foram triunfadas em 1976, nas primeiras eleições democráticas e que sim, novamente o Partido Socialista, que ali estava a fazer uma deriva mais à esquerda, ganhou as eleições com Mário Soares. -----

----- Apesar do texto do CDS ter algumas incoerências e querer dar uma força ao 25 de Novembro quase equiparada ao 25 de Abril, iriam votar a favor pela importância da data na consolidação do processo democrático, assim como também defenderiam que o 25 de Abril, pela data fundadora que foi da democracia e depois de ser em 1976 as primeiras eleições democráticas, fosse uma data inegavelmente em todo o processo



democrático que permitia a todos estarem ali presentes. Não havia poder autárquico, não havia poder democrático antes e foi com essas conquistas em abril e confirmadas em novembro que isso foi possível -----

----- **Membro Luis de Almeida (PSD)** disse que iam acompanhar o voto do CDS, algo que historicamente era levado à Assembleia de Freguesia recorrentemente, mas havia duas coisas que achava extremamente interessantes e que era o facto de um ano atrás o PS ter votado a favor da moção do 25 de Novembro e agora estavam a votar contra. Uma coisa era absterem, mas estavam agora a votar contra uma moção do 25 de Novembro quando um ano atrás votaram a favor. Era interessante perceber a mudança de posição relativamente a isso.-----

----- Por outro lado, tinham todos que perceber que as datas não eram comparáveis e achava que estarem a tentar comparar uma coisa com a outra não era comparável. O processo do 25 de Novembro representava o fim do processo do 25 de Abril.-----

----- Como estavam a evocar que esse tema se calhar não era válido levar a uma Assembleia, queria recordar que ao longo dos últimos anos falaram na Palestina, de Israel, fizeram moções sobre a Ucrânia e todos votaram em consciência. Portanto, achava que essa votação tinha toda a legitimidade, até pelo peso que representava para grande parte da população para estar ali presente. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que estava ali há alguns anos e, como sabiam, nunca tinha votado a favor dessa moção. Portanto, não foram todos os eleitos do PS que votaram a favor. -----

----- **Membro Manuel Ornelas (PS)** disse que o contexto político existente nesse momento no país era diferente do anterior. Enquanto Partido Socialista valorizavam o 25 de Novembro como qualquer outra das datas que compunham o processo revolucionário e o início da democracia, até porque o PS acabava por ser um dos grandes protagonistas do 25 de Novembro e ganhava eleições consequentemente. Portanto, era um dos partidos fundadores e não tinham qualquer esqueleto no armário sobre essa questão. -----

----- A posição nesse momento simplesmente prendia-se com a tentativa generalizada que existia no país de tentar equivaler o 25 de Novembro ao 25 de Abril. Se noutras alturas foi mais tranquilo aprovar e achavam justo aprovar uma moção que valorizasse o 25 de Novembro, tudo bem, mas nesse momento encaravam isso como uma tentativa de enquadrar o 25 de Novembro de uma forma que não existia e, portanto, valorizavam as comemorações do 25 de Novembro, achavam muito bem e não existia nenhuma posição contraditória nessa situação. -----

----- O que existia era, de facto, reconhecer aquilo que estava a ser explícito nessa moção, que era uma tentativa de criar um mito fundador para a direita que não era realista, nem sequer existia. A extrema direita foi derrotada no 25 de Novembro também. Se queriam falar de forças extremistas, falassem também da extrema direita. Aí estavam totalmente à vontade para falar porque não estavam lá, não faziam parte dessas forças que foram derrotadas e, antes pelo contrário, apoiaram e sustentaram a construção do país democrático no qual viviam e, portanto, estavam completamente tranquilos com o 25 de Novembro. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Pelo 25 de Novembro de 1975”**, apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**.-----

----- **Membro Sandra de Almeida (CDU)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Voto de Pesar**-----

----- *Manuel Pedro*-----

Nasceu em Lisboa a 19 de agosto de 1931, tendo vindo viver para a freguesia da Ajuda com 6 anos. Desde criança, com 11 anos, conviveu com a exploração, primeiro num restaurante, depois numa fábrica de curtumes e num armazém. Era empregado de seguros quando foi preso pela PIDE primeira em 1958. -----

----- Foi um dos fundadores e dirigente do Cineclubes Imagem e fez parte da delegação de jovens portugueses ao VI Festival Internacional da Juventude e dos Estudantes em Moscovo no ano de 1957. -----

----- Membro do Partido Comunista Português desde 1956, entrou para os seus quadros de funcionários em maio de 1959 sendo preso de novo ainda nesse mesmo ano. Esteve preso por três vezes, tendo totalizado 11 anos de prisão. Em todas elas enfrentou com grande coragem o embate com os esbirros da PIDE. -----

----- Enquanto funcionário clandestino do PCP foi responsável pelo Sector do Baixo-Ribatejo, membro da Direção Regional de Lisboa e do Comité Local de Lisboa até à sua última prisão, em maio de 1969. -----

----- Ao longo da sua vida de revolucionário teve sempre a seu lado a sua companheira Maria Júlia. Com ela compartilhou a vida clandestina, as agruras da repressão fascista, da prisão e conseqüentemente da separação das filhas. -----

----- Libertado do Forte de Peniche em 27 de abril de 1974 (no seguimento da Revolução do 25 de Abril), imediatamente assume tarefas na Organização Regional de Lisboa, tendo sido membro do Secretariado e do Executivo da DORL. -----

----- Foi membro do Comité Central do PCP de 1974 até 1988, tendo continuado na atividade política enquanto lhe foi fisicamente possível. -----

----- No mandato de 1997 a 2001, participou na Assembleia de Freguesia da Ajuda pela CDU, Coligação Democrática Unitária. -----

----- Tem dois livros editados sobre a sua experiência de vida e militância: *Sonhos de Poeta, Vida de Revolucionário e Resistentes*. -----

----- Com uma vida entregue ao Partido, ao seu ideal e projeto, Manuel Pedro é um exemplo de coragem, frontalidade e firmeza. Nas palavras de Paulo Raimundo, Secretário-Geral do PCP, nas cerimónias fúnebres, Manuel Pedro foi «um organizador da luta dos trabalhadores e do povo, assumiu diversas tarefas sempre com a mesma alegria, disponibilidade, empenho, rigor, disciplina e não menos importante, sempre com aquele bom humor marcante». Manuel Pedro, um exemplo de militante inteiramente dedicado aos interesses dos trabalhadores e do povo, na luta diária por um Portugal democrático, tendo sempre presente a construção do socialismo e do comunismo. -----

----- Assim, o PCP da freguesia da Ajuda, na Assembleia de Freguesia da Ajuda reunida na sessão de 15 de dezembro de 2025 propõe: -----

----- 1- Manifestar, guardando um minuto de silêncio, o seu profundo pesar pelo falecimento de Manuel Pedro, bem como expressar à sua família e amigos as mais sentidas condolências. -----

----- 2- Remeter o presente voto à sua família e ao Partido Comunista Português. ----- ”

----- A Senhora Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Pesar “Manuel Pedro”**, apresentado pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- (Neste momento a Assembleia procedeu a um minuto de silêncio) -----

----- Membro Sandra de Almeida (CDU) apresentou o seguinte documento: -----

----- **Moção** -----

“----- 25 de novembro de 2025 Combate a todas as formas de violência sobre as mulheres! -----

----- Quando se assinala o Dia Internacional para a eliminação da violência sobre as mulheres são divulgados dados relativos à violência doméstica, que referem que nos primeiros nove meses deste ano a PSP e a GNR registaram mais de 25 300 ocorrências, o valor mais elevado dos últimos sete anos. -----

----- Independentemente da interpretação que seja feita destes dados — aumento das situações de violência doméstica ou aumento da coragem de a denunciar — a verdade é que são expressão de um grave flagelo social que continua a reproduzir práticas sociais intoleráveis assentes em conceções de inferioridade das mulheres, que persistem na sociedade e que atentam contra a sua integridade física e psicológica, desrespeitando de forma brutal a sua dignidade e direitos, conceção que termina, muitas vezes, da pior maneira, como está patente no número de homicídios que se registam em cada ano. -----

----- Nesta conjuntura, importa valorizar a coragem das mulheres vítimas de violência doméstica que levantam a voz na denúncia deste ataque à sua condição e estatuto social, consubstanciados em direitos conquistados com Abril e plasmados na Constituição da República Portuguesa. -----

----- A coragem de denunciar necessita, para dar frutos, de uma política alternativa que não fique pelas palavras, mas que se traduza em medidas concretas que assumam como prioridade a transposição da lei para a vida, com a adoção de uma política que garanta eficácia à legislação, traduzida em recursos financeiros e técnicos, que impulsionem dinâmicas de avanço na prevenção e combate a este fenómeno na sociedade portuguesa. -----

----- Ao mesmo tempo, impõe-se uma política que combata os retrocessos nas mentalidades inseparável da constante e crescente normalização das violências, designadamente a partir dos conteúdos disseminados em plataformas materiais e online que estimulam a violência sexual, a mercantilização do corpo da mulher na pornografia e na exploração na prostituição. -----

----- É fundamental definir e implementar um conjunto de medidas que visem o combate e prevenção da violência no namoro e reconheça a prostituição como uma brutal forma de agressão à saúde física e psicológica das pessoas prostituídas e à dignidade humana, criando desde já programas de saída para quem a eles queira recorrer. -----

----- Combater as violências sobre as mulheres está diretamente ligado ao cumprimento dos seus direitos na família, no trabalho, na sociedade. Ao assinalar este dia, urge assumir junto das mulheres o seu compromisso com a luta que rejeita práticas sociais intoleráveis que atentam contra a sua integridade física e psicológica e desrespeitam a sua dignidade e direitos, bem como com a exigência do cumprimento da legislação que garanta a prevenção e o combate às violências. -----

----- Assim, o PCP da freguesia da Ajuda, na Assembleia de Freguesia da Ajuda reunida na sessão de 15 de dezembro de 2025 propõe: -----

----- 1. Saudar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, todas as mulheres e o trabalho das várias associações e entidades que prestam apoio às mulheres vítimas de qualquer forma de violência. -----

----- 2. Instar o Governo a tomar medidas no sentido de: -----

----- a) ampliar os mecanismos de proteção às vítimas de violência doméstica, designadamente com o reforço dos recursos dos serviços públicos que atuam na prevenção e apoio às vítimas e assegurando a gratuitidade da assistência jurídica à vítima; -----

----- b) combater a violência no namoro, promovendo na escola a implementação da educação sexual e relacional como forma prioritária de prevenção; -----



----- c) prevenir o combate à reincidência, acompanhando os programas existentes dirigidos aos agressores e avaliar os seus resultados; -----

c) reforçar o financiamento da Rede Nacional de Apoio e Proteção às Vítimas de Violência Doméstica e da Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes, cuja intervenção permite apoio financeiro imediato às vítimas.-----

----- d) criar programas de saída para as mulheres prostituídas, adotando uma estratégia de prevenção da exploração na prostituição visando, designadamente, a criação de programas de saída de pessoas prostituídas e apoiar um projeto de vida para quem procura saídas da prostituição. -----

----- 2. Enviar o presente documento:-----

----- À Presidência da República, ao Governo, aos Grupos Parlamentares, à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, à Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PPDM), à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), ao Movimento Democrático de Mulheres (MDM), à Associação "O Ninho" e à Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens (CIMH/CGTP-IN) -----

----- Continuando, disse que a moção não falava dos homens em concreto porque era sobre o 25 de Novembro, em que se assinalava o combate a todas as formas de violência sobre as mulheres.-----

----- **Membro Morgana Alves (Chega)** disse que o Partido Chega tinha sido claro ao longo dos anos, defendiam o agravamento das molduras penais, que por outras palavras significava o aumento das penas, nomeadamente para a violência doméstica, pedofilia, crimes contra a dignidade humana, etc.-----

----- Queria colocar uma questão que não conseguia ignorar, saber onde estava a CDU quando se discutiu a mutilação genital feminina ou a POR. Para todos os que estavam ali e para quem representava o Chega o respeito pela mulher, pela sua integridade física, pela sua dignidade, não era seletivo nem ideológico, era um princípio inegociável e um valor absoluto. Por isso o Chega iria votar contra.-----

----- **Membro Verónica de Carvalho (CDS-PP)** disse que o CDS gostaria de propor ao PCP se podiam votar por pontos, sendo que estavam em desacordo em particular com um dos pontos, mas gostariam de votar favoravelmente nos outros. -----

----- **Membro Sandra de Almeida (CDU)** disse que não tinha percebido a conversa da seletividade, até porque a mutilação genital feminina, que soubesse, era um assunto caro. Não lhe parecia que o PCP em momento algum tivesse abstraído do assunto. Presumia que tivesse sido alguma proposta emanada da bancada do Chega e o PCP não acompanhou. Por vezes também falavam de semântica, como já ali foi referido. A mutilação genital feminina era um assunto que a todos dizia respeito e gostava de ser esclarecida, podia-lhe ter passado ao lado. -----

----- **Membro Morgana Alves (Chega)** disse achar que não estariam no sítio correto para esclarecer, mas teria todo o gosto lá fora em esclarecer essas questões que não interessavam particularmente à Freguesia da Ajuda. -----

----- O Chega também gostaria, então, de votar por pontos. -----

----- **Membro Joana Feliciano (PS)** disse que não havia necessidade de ir ponto a ponto, até porque era um tema bastante consensual pela sua relevância e pelo impacto que tinha nas vidas humanas, fosse na Freguesia ou no País. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **ponto 1 da Moção "25 de novembro de 2025 Combate a todas as formas de violência sobre as mulheres!"**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **ponto 2 a) da Moção “25 de novembro de 2025 Combate a todas as formas de violência sobre as mulheres!”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **ponto 2 b1) da Moção “25 de novembro de 2025 Combate a todas as formas de violência sobre as mulheres!”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**. -----

----- Submeteu à votação o **ponto 2 b2) da Moção “25 de novembro de 2025 Combate a todas as formas de violência sobre as mulheres!”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **ponto 2 c) da Moção “25 de novembro de 2025 Combate a todas as formas de violência sobre as mulheres!”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **ponto 2 d) da Moção “25 de novembro de 2025 Combate a todas as formas de violência sobre as mulheres!”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **ponto 2 da Moção “25 de novembro de 2025 Combate a todas as formas de violência sobre as mulheres!”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Membro Sandra de Almeida (CDU)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Moção** -----

“----- *Em defesa do Serviço Nacional de Saúde Contra o encerramento do serviço de Neonatologia do Hospital Dona Estefânia 9*-----

----- *No dia 17 de novembro os profissionais do Hospital Dona Estefânia, em Lisboa, foram surpreendidos pelo anúncio do encerramento definitivo do Serviço da Neonatologia, decisão tomada sem aviso ou diálogo com as equipas, passando todos os cuidados neonatais para a Maternidade Alfredo da Costa (MAC). A ULS de S. José confirmou que está a preparar o encerramento deste serviço e que pretende a concentração dos serviços de Neonatologia e respetivos profissionais num só polo — a MAC - equacionando igualmente a transferência de uma parte dos recém-nascidos para o Hospital Santa Maria, uma unidade que integra outra ULS. Como é evidente, o serviço da MAC não comportará a soma da capacidade dos dois atualmente existentes, reduzindo-se efetivamente a resposta numa área de grande sensibilidade e exigência. --*

----- *A Neonatologia do Hospital Dona Estefânia é um serviço altamente especializado, com camas de cuidados intensivos e intermédios e com diagnóstico e bloco operatório próprios, pelo que o seu funcionamento diário é essencial para bebés com elevada complexidade clínica. O seu encerramento vai limitar a capacidade de resposta e compromete a segurança, a qualidade e a continuidade dos cuidados, num país onde, todos os anos, mais de 6000 bebés nascem prematuramente. -----*

----- *O encerramento do Serviço de Neonatologia do Hospital Dona Estefânia foi anunciado pelo Governo como uma "reorganização", mas não resolve os problemas estruturais de falta de profissionais e agravará o acesso a cuidados essenciais aos recém-nascidos. O encerramento do bloco de partos do Hospital Dona Estefânia, em 2011, já tinha enfraquecido a resposta regional nesta matéria, apresentando a MAC diversos constrangimentos. -----*

----- *O encerramento da unidade de Neonatologia do Hospital da Estefânia, com a justificação de falta de médicos especialistas em número suficiente para preencher a escala de trabalho do mês de dezembro, representa mais um sério enfraquecimento da capacidade de resposta do SNS, mais grave ainda por se tratar de um hospital altamente diferenciado e de fim de linha, detentor de uma experiência adquirida e consolidada que não pode ser desbaratada. -----*



----- Este anunciado encerramento surge num quadro em que: -----
----- agrava-se a situação das urgências obstétricas e pediátricas, limitando o acesso das grávidas e das crianças; -----
----- reduzem-se especialidades nos hospitais, como os processos de desclassificação de serviços de pediatria em vários pontos do País, concentrando-os cada vez mais, como é o exemplo deste Serviço de Neonatologia; -----
----- desvalorizam-se os cuidados de saúde primários, com mais de um milhão e meio de pessoas sem médico de família; -----
----- agravam-se as listas de espera para consultas e cirurgias, respetivamente cerca de um milhão e 200 mil em atraso; -----
----- persistem as dificuldades de acesso a vários exames, seja nas unidades do SNS, seja mesmo em convencionados, aumentando os pagamentos diretos pelos utentes; -----
----- persistem as saídas e não contratação de profissionais de saúde, em particular médicos e enfermeiros (por exemplo, os médicos, em dois anos, não ocuparam as mais de 700 vagas para o internato da especialidade). -----
----- O País precisa de serviços públicos de saúde de qualidade e de acesso garantido à população e não da transformação da saúde num negócio. É preciso mais investimento, mais Serviço Nacional de Saúde, mais médicos e profissionais de saúde, valorizando carreiras e reforçando a resposta de proximidade e de especialidade. -----
----- Assim, o PCP da freguesia da Ajuda, na Assembleia de Freguesia da Ajuda reunida na sessão de 15 de dezembro de 2025 propõe: -----
----- 1- Exigir a manutenção do serviço de Neonatologia do Hospital Dona Estefânia, reforçando-o com os meios necessários ao seu cabal funcionamento; -----
----- 2- Manifestar a necessidade de valorização dos profissionais de saúde, na revisão de carreiras e condições salariais, melhorando as suas condições de trabalho e consequentemente o SNS; -----
----- 3- Exigir que o Governo invista na necessidade de se defender como prioridade do Estado a continuidade do investimento no SNS como garantia de Serviço Público e direito da população ao acesso a cuidados de saúde, atuando com medidas imediatas para inverter o processo de degradação do SNS. -----
----- 4- Enviar esta moção para: Senhor Presidente da República; Senhor Presidente da Assembleia da República; Senhor Primeiro-ministro; Senhora Ministra da Saúde; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Ordem dos Médicos; Ordem dos Enfermeiros; Sindicatos representativos dos Profissionais da Área da Saúde. ----- ”
----- Continuando, disse que se o serviço de neonatologia da Estefânia encerrasse era para o Hospital de São Francisco Xavier, como já tinham ido pessoas de outros casos que ouviam nas notícias, nomeadamente pessoa que ia de Loures para ir ao Hospital São Francisco Xavier. Tudo isso eram mais que motivos para enquanto Freguesia estarem preocupados com o encerramento de mais um serviço que ia entupir o atendimento na Freguesia. -----
----- A Senhora Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Em defesa do Serviço Nacional de Saúde Contra o encerramento do serviço de Neonatologia do Hospital Dona Estefânia”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----
----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----
----- A Senhora Presidente da Assembleia recordou que foram acrescentados pontos, o contrato interadministrativo de cooperação entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia da Ajuda e também o protocolo interadministrativo. O contrato de delegação de competências de manutenção dos espaços verdes e o protocolo interadministrativo.

Esclareceu que os protocolos chegaram nesse dia e pediam que constasse da ata em minuta, podendo assim já ser tratados.-----

----- Os protocolos também tinham uma retificação. O protocolo com a Academia de Jovens do Casalinho da Ajuda, considerando que numa das rubricas que era atribuída essa atividade iria deixar de existir. -----

----- Perguntou se alguém se opunha a votar todos os protocolos de uma vez. Se desejassem podia-se votar tudo de uma vez e conseguiriam acabar a tempo a Assembleia, ou então votavam protocolo a protocolo. -----

----- **Membro Luis de Almeida (PSD)** disse que tinha uma questão processual. Tendo os dois protocolos chegado nesse dia, se poderiam votar os mesmos dentro do Regimento da Assembleia. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** esclareceu que se foram incluídos na Assembleia sim, já lhes aconteceu outras situações idênticas. -----

----- **I. Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, como habitualmente, costumava apenas referir as coisas que eram diferentes ou novas. Tentavam fazer a informação escrita o mais completa possível, teriam oportunidade de ver e estaria disponível para responder àquilo que achassem por bem. Destacava apenas cinco situações que p serem diferentes valia a pena falar nesse momento. -----

----- O primeiro era um projeto de âmbito social, o projeto "Comer bem ajuda a crescer", um projeto ligado à alimentação que iniciou no mercado da Ajuda e tinha por objetivo a melhoria da relação com a alimentação em vários contextos, tanto no contexto familiar com atividades práticas de culinária e visitas orientadas ao comércio local, como também no contexto escolar através dos "Heróis da Fruta". Aí o objetivo era a relação com a comida, porque infelizmente existiam aqueles que não tinham comida e existiam também aqueles que mais a usavam de maneira errada. Era um projeto importante e ainda por cima ficou sediado no Mercado da Ajuda, um local que também era muito importante desenvolver, dinamizar e levar crianças e jovens pais a esse espaço. -----

----- O segundo ponto tinha a ver com as iluminações de Natal. Nesse ano conseguiram continuar a ter iluminações de Natal, ao contrário da maior parte das Freguesias. Iam deixando de ter iluminações, possivelmente por aquilo que tiveram oportunidade de ver e que era o financiamento das Freguesias que ia diminuindo. Nunca eram os suficientes, havia sempre ruas que não conseguiam chegar, tentavam focar nas ruas mais comerciais, mas nesse ano continuavam a ter iluminações de Natal na Freguesia da Ajuda. -----

----- O terceiro ponto tinha a ver com os Jogos da Ajuda e já tinha respondido ao Senhor Carlos Ribeiro, mas gostava de explicar um pouco o que era a ideia do projeto Jogos da Ajuda. Tinha o âmbito de desenvolver o desporto de formação ligado às crianças, aos jovens atletas e às instituições locais, às coletividades. A Junta apoiava e participava a atividade que era desenvolvida pela associação, para que as crianças pudessem escolher não só a modalidade em que mais se sentiam confortáveis, mas também a instituição de proximidade em que se sentiam confortáveis para a poder desenvolver. Elas iam sendo alargadas, essas eram só as iniciais e já tinha falado de uma que estava a entrar, outras que se estavam a preparar. Havia muitas instituições que há vários anos deixaram de ter atividade desportiva e tinha esperança de que esse fosse o princípio de muitas retomarem. -----

----- No CCR tinham andebol e voleibol, na Academia Recreativa da Ajuda o karatê e badminton, no Sporting Clube do Rio Seco o ténis de mesa, xadrez, basquetebol, no Chinquilha Cruzeirense o futsal, na Apolo o futsal, na Academia de Jovens do

Casalinho também futsal. Fez-se algum esforço para não irem todos parar ao futsal, ainda assim tinham algumas outras modalidades e tinha esperança que dentro de pouco tempo já estivessem mesmo em modelo de velocidade de cruzeiro e de competição, sabendo que era absolutamente normal que algumas pudessem não correr bem e ser substituídas, mas tinha esperança que fosse um projeto de futuro não só para o desporto de formação na Freguesia, mas também para as coletividades, as que já estavam e as que estariam a chegar e que também se iriam eu envolver nesse projeto. -----

----- O "Ajuda a ler" era um projeto de reforço das bibliotecas das escolas na Freguesia da Ajuda, tanto as públicas como as IPSS. Nem todas tinham biblioteca, algumas que tinham biblioteca também os livros iam ficando mais velhos e tiveram oportunidade de distribuir livros pelas várias escolas. Imaginassem a alegria que era ver crianças ficarem contentes por ver livros novos, sendo que atualmente a relação com as crianças era cada vez mais difícil. Por isso era um projeto que gostava de referir, pelo qual tinha um grande orgulho. -----

----- O último tinha a ver com a Torre do Galo, também uma ambição grande da Freguesia e não era só do atual Executivo, era de todos os ajudenses, ver a Torre do Galo reabilitada. Tiveram alguns desenvolvimentos de contactos nos últimos tempos com a ESTAMO e com o Património Cultural e a partir de dia 10 iniciou-se uma empreitada de descida dos sinos para os poder reabilitar. Ainda não era a empreitada total, tinham esperança que ela chegasse, mas só para informar que entregaram tudo o que eram projetos que desenvolveram e que foram aprovados por todas as entidades, estavam prontos a ser executados e foi com grande orgulho que viram as entidades responsáveis olhar para esses projetos como uma oportunidade de se poder resolver aquele problema da Torre do Galo, que era o símbolo maior da Freguesia. Tinha a certeza que todos ficariam contentes de o ver resolvido. -----

----- Para já era resolver o problema de um símbolo que estava prestes a cair e que ao longo de anos, por mais que o sinalizassem, não tinha acontecido nada. Estavam a ser montados e se passassem por lá ficariam contentes de verem novamente andaimes a serem montados e começar a tratar de um problema. Tinha a certeza que ficariam todos contentes por ver resolvido. -----

----- Ficou disponível para qualquer questão. -----

----- **II. Apresentação, discussão e votação dos Documentos Previsionais para 2026:**

----- O Senhor Presidente da Junta disse que não era grande novidade que a gestão da Junta ficaria muito próxima daquilo que foi nos últimos anos. Tentariam fazer melhor, mas não fariam muito diferente daquilo que foi feito, foi com essa ideia que foram a eleições e foram votados. O Orçamento era próximo daquilo que foi no ano anterior, com duas ou três exceções que passava a dizer. -----

----- A mais importante tinha a ver com uma redução de verba na delegação de competências, que tinha a ver com a capacidade de executar ou não. Tinham um edifício de alguma dimensão, que era a reabilitação do antigo Mercado do Peixe, um edifício em zona classificada e cada vez que se abria um buraco aparecia um arqueólogo e descobria-se mais uma coisa e por isso ia demorar algum tempo a ser executado. Sabiam que isso não era rápido, também não era um projeto de urgência, era um projeto que um dia haveria de ficar resolvido e feito, assim como o antigo balneário também foi. O que queria dizer era que no próximo ano teriam menos valor em princípio a ser executado e por isso todo o Orçamento decrescia. -----

----- O Orçamento cresceu em duas áreas. Fizeram um investimento grande e no próximo ano também teria que ser acomodado em duas áreas, uma tinha que ver com a administração de recursos humanos, com a integração de funcionários. Tinham vindo a integrar funcionários dos quadros porque eles eram necessários, eram funções

permanentes e logo que tiveram capacidade financeira para o fazer tinham vindo a integrar. Por isso os custos com eles também aumentavam.-----

----- Depois aumentaram a relação da transparência e o combate à corrupção, aumentando procedimentos que também exigiam mais investimento e mais pessoas para os desenvolver. Por isso também mais custos, também com a informática, mais custos com juristas, mas parecia importante aumentar essa vertente no combate à corrupção, crimes conexos e transparência.-----

----- O segundo grupo onde o investimento era maior tinha que ver com a higiene urbana. Todos andavam pela Freguesia e percebiam as dificuldades que a cidade e a Freguesia tinham de higiene urbana. Naquilo que lhes cabia e que era a capacidade de apoiar a Câmara a resolver o problema da higiene urbana tinham feito e por isso o investimento era substancial. Estavam a falar à volta de 100 mil euros a mais por ano, 17%. Consideravam que era fundamental, mas um dia teria limites a capacidade que a Junta tinha de investir numa área por falta de resposta do maior parceiro.-----

----- Todas as outras rubricas, um pouco mais ou um pouco menos, mas no fundo era para acomodar a inflação e os custos que ela tinha.-----

----- Embora o valor não fosse substancial, acrescia 47% com equipamentos que tinham a ver com o multiusos e a necessidade de manutenção e investimento em obras no multiusos. No que tocava à Junta e com a capacidade que tinham iam fazendo, mas tinham esperança de rapidamente chegar a um acordo com a Câmara Municipal de Lisboa capaz de os compensar pelo menos pela gestão do equipamento, porque tudo o resto podiam ver mais tarde.-----

----- Ficaria ao dispor das questões que lhe quisessem colocar.-----

----- **Membro Tomás Barreiro (IL)** disse que tinha duas sugestões a fazer. Na altura que falaram não tinha visto as contas e a primeira tinha que ver com a questão dos saldos de gerência, que acabava por ser uma prática nas Juntas de Freguesia todas em Lisboa. No fundo, o exercício que estavam a fazer era para ver as atividades que iriam ter e as despesas para financiar essas atividades ao longo do ano, terminava o ano e não executando toda a despesa que tinham prevista sobrava um saldo de gerência e a prática que era comum, que devia ser excepcional nas Freguesias em Lisboa, era utilizar esse saldo de gerência para financiar algumas atividades que não estavam previstas no Orçamento que estavam a aprovar.-----

----- A sua sugestão era evitar utilizar o saldo de gerência para financiar despesa corrente do exercício seguinte e eventualmente aproveitar para usar esse saldo de gerência para, por exemplo, a reabilitação de equipamentos.-----

----- Depois havia uma questão que tinha mais ou menos a ver com essa primeira. Todo esse dinheiro que a Junta tinha em depósitos à partida, centralizá-lo em fundos do BGCP. Era uma sugestão para todas as Juntas de Freguesia, não só para ter mais rentabilidade do que os depósitos a prazo, mas também seria uma boa prática todas as Juntas terem centralizado todo o dinheiro que não estavam a utilizar no BGCP.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu a proposta, que à partida não via mal nenhum, era uma questão de avaliar. Normalmente as críticas que lhes faziam era que guardavam o saldo de gerência e não usavam, por isso o Membro era bem-vindo à Assembleia, passavam a ter ali um apoio.-----

----- **Membro Luis de Almeida (PSD)** disse que gostaria de saber qual seria o saldo inicial previsto para 2026 e qual seria o saldo final esperado.-----

----- Por outro lado, ganharam as eleições e tinham toda a legitimidade para fazer o Orçamento. Era um Orçamento no qual as rubricas de pessoal se encontravam devidamente fundamentadas. Todos sabiam que para quem trabalhava nas autarquias era uma grande parte dos orçamentos, mas o investimento por parte da Junta em



projetos de interesse para a Freguesia não parecia ser muito significativo e gostaria de saber por parte do Senhor Presidente se por acaso poderia ponderar utilizar parte dessa rubrica para obras de interesse dos fregueses. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que ainda estavam a aguardar da parte da Câmara Municipal que aprovasse em reunião de Câmara um conjunto de verbas substanciais relativas a delegações de competências. Dependendo desse valor e dependendo dele chegar a tempo, oportunamente diriam qual seria exatamente o montante com que começavam. Quanto à previsão para o saldo final de caixa, não conseguiam dizer, dependeria de como corresse a execução. Reportariam regularmente qual era a execução financeira e mais perto do final do ano poderiam avançar com uma previsão. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era a última pessoa a quem pensava ter de partilhar informação sobre o funcionamento de uma Junta de Freguesia. As Juntas de Freguesia até há pouco anos, até 2013, passavam atestados e tinham dez funcionários. Desde aí o seu financiamento era para executar tarefas e nem sequer estava a dizer que concordava ser essa a maneira, mas o Orçamento ia crescendo para cumprir tarefas quase na sua totalidade por delegação de competências de outros, normalmente a Câmara Municipal de Lisboa. Tinha uma regra que só podia transferir o mesmo valor ou menor do que aquele que gastavam. Ou seja, não lhes transferiram o valor para investir, transferiam o valor para cumprir tarefas, para varrer ruas, para tratar dos espaços verdes, para tratar do mercado. Embora os orçamentos das Juntas tivessem engrossado, a sua capacidade de investir era diminuta, só com pequenas poupanças tinham a capacidade de fazer investimentos e se estavam a fazer esses investimentos era porque tiravam a outras funções para as quais tinha sido delegado o dinheiro. -----

----- Os investimentos que iam fazendo eram em partilha com a Câmara Municipal, por delegação de competências. A lógica das Juntas de Freguesia, podiam todos perguntar se estava correta ou não, mas não tinham tempo para ter essa conversa, o valor do orçamento das Juntas de Freguesia ia engrossando muito, algumas já com valores substanciais, ainda assim não tinham dinheiro para investimento porque ele não era delegado para investir, era delegado para cumprir tarefas. Por isso os investimentos nas Juntas de Freguesias seriam sempre poucos, a menos que conseguissem financiamento de outra ordem. -----

----- **Membro Luis de Almeida (PSD)** disse que essa era uma conversa recorrente e percebia o funcionamento de uma Junta de Freguesia, mas achava que o que interessava aos fregueses saber era o dinheiro que a Junta tinha no banco, dinheiro esse que era dos fregueses e queriam saber o que a Junta poderia fazer com esse dinheiro. Não se tratava de uma questão de investir ou não, era uma pergunta legítima, as pessoas tinham que perceber que existia esse dinheiro que estava cativo e aquilo que queriam fazer em prol da população. Era apenas isso. -----

----- **Membro Emanuel Sousa (Chega)** disse que acompanhando as bancadas da IL e do PSD, verificavam que existiam saldos de caixa e dinheiro no banco. Não estava a dizer para serem despesas, mas o Partido Chega verificou isso, havia rubricas onde podiam ser mais ambiciosos, podiam apostar mais na Ajuda e nos ajudenses, nas coletividades, podiam reforçar dotações. Achavam que a percentagem comparativa entre as coletividades que recebiam por exemplo de ação social era importantíssima e concordavam, as coletividades eram no fim de contas o representante máximo da Freguesia dentro e fora de portas e se existia dinheiro, se podia ser usado para investir, podia-se envolver e podiam ser um pouco mais ambiciosos. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que eram assuntos diferentes, uma coisa era a capacidade que tinham para investir, outra era a capacidade que tinham de saldo de



gerência e tinham tido essa conversa várias vezes. Por exemplo, no fim do ano haveriam de perceber que já tinham menos dinheiro, embora explicasse sempre que algum do dinheiro que lá estava era de delegação de competências e por isso não era da Junta. Nesse ano alguma parte dele foi investido, mas para uma Junta de Freguesia com a dimensão que tinham precisavam de ter dinheiro capaz de gerir.-----

----- Contavam que a Câmara Municipal de Lisboa até ao fim do ano ainda transferisse à volta de 200 a 250 mil euros, que podia transferir ou não, mas todos os funcionários teriam que receber os seus ordenados. No ano anterior foi à volta de meio milhão de euros transferido na maior parte no dia 27 de dezembro e se não tivessem capacidade de acomodar esse valor seria impossível, até porque uma Junta de Freguesia não se podia endividar. Não podiam ir pedir dinheiro quando estavam em baixo, isso era impossível e muito bem, que não fosse possível as Juntas de Freguesia se endividarem.-----

----- Ainda por cima, na gestão das delegações de competências da Câmara pagavam depois de terem gasto. Algumas empreitadas eram 200, 300, 400 mil euros, se não tivessem capacidade de poder lançar essas empreitadas com o dinheiro próprio, recebendo só depois, também não as podiam lançar e ficavam com uma dificuldade. Por isso, terem capacidade económica para poder fazer essa gestão era absolutamente fundamental, mas teriam a maior atenção e sempre que possível gastariam de bom modo o dinheiro.-----

----- A grande surpresa foi que o Partido Chega, na primeira intervenção, pedia que se aumentassem os subsídios a alguém. Pensava até que o Partido Chega era contra os subsídios, mas ficava surpreendido e teria a maior atenção, ainda por cima porque tinham imenso carinho com as coletividades para poder ajudar mais do que conseguiam ajudar até agora.-----

----- **Membro Sandra de Almeida (CDU)** disse que naturalmente esse não era o Orçamento da CDU, havia ali coisas nomeadamente em termos de educação e desporto que não seriam a razão pela qual votariam contra o Orçamento.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação os **Documentos Previsionais para 2026**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PS, Chega, IL, PSD e CDS-PP) e 1 abstenção (CDU)-----

----- **III. Apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal 2026;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não tinha alterações ao último mapa que foi apresentado e por isso não havia muito a explicar, era o mesmo.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Mapa de Pessoal 2026**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PS, Chega, IL, PSD e CDS-PP) e 1 abstenção (CDU)-----

----- **IV. Autorização de celebração de protocolos com as entidades:**-----

----- **1. De colaboração com a Associação Academia de Jovens do Casalinho da Ajuda (Proposta JF nº 76/2025);**-----

----- **2. De colaboração com a ANIMALIFE – Associação de Sensibilização e Apoio Social e Ambiental (Proposta JF nº 77/2025);**-----

----- **3. De colaboração com a Academia Recreativa da Ajuda (Proposta JF nº 78/2025);**-----

----- **4. De apoio financeiro com a Associação Animais de Rua – Esterilização e proteção de animais em risco (Proposta JF nº 79/2025);**-----

----- **5. De colaboração com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ajuda – Cruz Verde (Proposta JF nº 80/2025);**-----



----- 6. De cooperação com o Instituto de Agronomia de Lisboa (Proposta JF nº 81/2025); -----

----- 7. De colaboração com a ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (Proposta JF nº 82/2025); -----

----- 8. De assistência veterinária com a Liga Portuguesa dos Direitos do Animal (Proposta JF nº 83/2025); -----

----- 9. De colaboração com a AMETA – Associação de medicinas tradicionais e alternativas (Proposta JF nº 84/2025); -----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que grande parte dos protocolos que ali estavam já foram aprovados anteriormente e partilhava só as alterações. A primeira delas foi uma retificação no protocolo com a Academia de Jovens do Casalinho, em que era retirada a escola de fado e o financiamento dessa atividade, ficando o futsal obrigatoriamente ligado aos Jogos da Ajuda. A instituição estava a semanas de terminar a sua sede, que implicava assinar protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa e isso podia fazer alterar também o protocolo com a Junta de Freguesia, mas como nessa coisa das obras nunca se percebia exatamente se era uma semana ou dois meses, até para ter um instrumento de ligação com a instituição, decidiram manter esse protocolo e levar à Assembleia. No dia em que quisessem uma alternativa depois levaria ali para ratificar. -

----- Na Animalife o protocolo era exatamente igual ao que tinham feito nos últimos anos. -----

----- Na Academia Recreativa da Ajuda também o karaté integrava os Jogos da Ajuda. Era exatamente igual ao que era habitual, exceto que nesse ano finalmente, esperava que para alegria de todos, a Marcha da Ajuda foi sorteada e era a Academia que estava a organizar a marcha. Não tinha muito a ver com o assunto, pois as marchas populares eram organizadas pela Câmara Municipal de Lisboa e entregues às coletividades da cidade. Havia Freguesias que tinham várias marchas, outras que não tinham marcha. A da Ajuda esteve no Ajuda Clube muitos anos, já passou para outros lados. Deixaram de estar nas marchas durante vários anos e ficaram muito contentes por terem sido sorteados, mas queriam que aumentasse o nível de gestão da marcha, coisa que foi aceite. -----

----- Foi criada uma comissão que não geriam, mas ficavam contentes que não fosse gerida apenas por uma pessoa e ficou o compromisso de todas as contas serem apresentadas e consultáveis por quem quisesse. Aí disponibilizaram-se a ser grandes apoiantes da Marcha da Ajuda. Não era desconfiar de ninguém, mas todas as marchas tinham o seu histórico e tinha a certeza que nesse ano com o apoio de todos iriam ter um grande resultado. -----

----- O protocolo com a Animais de Rua era exatamente igual ao que tinham com o projeto CED, que faziam há vários anos e corria muito bem. -----

----- Com os Bombeiros Voluntários da Ajuda também era exatamente igual ao dos últimos anos e correr muito bem. -----

----- Com o Instituto Superior de Agronomia era exatamente igual ao dos últimos anos e acima de tudo era a garantia de entrada da população da Ajuda de forma gratuita no Jardim Botânico. -----

----- Com a ANIMAR também era exatamente igual aos últimos anos. -----

----- Com a Liga Portuguesa dos Direitos dos Animais era exatamente igual aos últimos anos. -----

----- Com a AMETA, Associação de Medicinas Tradicionais e Alternativas também era exatamente igual aos últimos anos. -----

----- Membro Sandra de Almeida (CDU) disse que já tinham falado que conforme chegassem as necessidades assinavam os protocolos, mais ou menos ficaram com essa

ideia de outras Assembleias. Havia associações como o 2 de Maio, o Caramão, Rio Seco, o Footevolution, Boa-hora Futebol Clube e a Associação Clube Naval de Lisboa que não estavam e já estiveram nos outros. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que dessa vez não estavam. Estabeleceram acordos com uns e ainda não estabeleceram com os outros. Nessa altura tentavam ter todas, havia umas que eram mais complexas, até porque as instituições às vezes estavam a mudar os seus projetos e nem sempre se conseguia negociar exatamente o que precisavam. A Footevolution era uma das associações, por certo iriam fazer, era uma questão de voltar a sentar com eles. Não era uma instituição que ficasse dependente do projeto para continuar, rapidamente conseguiriam montar uma solução. Cada Associação tinha uma relação diferente. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Autorização de celebração de protocolos com as entidades** referidas no ponto IV da ordem de trabalhos, com exceção do Protocolo com AMETA, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Autorização de celebração de protocolo com AMETA**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PS, Chega, CDU, PSD e CDS-PP) e 1 voto contra (IL) -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que usava uma frase quase para dizer a quem estava presente e não lia os protocolos, grande parte desses protocolos não pressupunham gastos da Junta de Freguesia. Eram acordos, contrapartidas, como por exemplo o das terapias alternativas, com a ANIMAR, com a LPDA. Às vezes viam muitos protocolos e parecia que a Junta gastava uma fortuna. -----

----- Não tinha respondido ao Senhor Carlos Ribeiro, todos estavam publicados e acessíveis a ser consultados no site da Junta de Freguesia. -----

----- **V. Alteração da Tabela de Taxas (Deliberação JF nº 86/2025);** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o início do ano e o início de mandato obrigou a fazer algumas pequenas alterações, mas que pareceu importante por razões diferentes algumas delas. Os atestados passavam de cinco euros para seis euros, a marcação do polidesportivo era de dez euros e passava para quinze euros com o cartão "Minha Ajuda" e os de quinze euros passavam para vinte euros. Uma das coisas que notavam era que havia marcações e o preço era tão baixo que depois nem sequer usavam o espaço. Isso não pagava sequer a hora do funcionário que estava a tomar conta do campo e por isso decidiram fazer aí alguma alteração. -----

----- Existia a anuidade da Casa da Cultura, que desde sempre era de cinco euros e passou a seis. As aulas de fado eram de cinco e passaram a oito. -----

----- Criou-se um grupo diferente, que eram aulas de complexidade técnica especial. Eram aulas que custavam à Junta substancialmente mais dinheiro, como eram as aulas de guitarra. Passou-se de cinco euros para dez euros por mês, ainda assim era um valor muito baixo para aquilo que era o valor fora da Casa da Cultura. Era também dar algum equilíbrio nos gastos, porque o investimento nessas aulas era muito grande e só havia duas hipóteses, ou não o faziam ou partilhavam um bocadinho com quem tinha essas atividades. -----

----- Depois a criação do valor novo, que tinha a ver com as salas no mercado. Tinham um espaço de trabalho coletivo e por vezes as pessoas precisavam de salas para reunir, o que equivalia a ter que limpar, tomar conta delas e criou-se então um valor barato, com preço à hora, para quem lá trabalhava poder reunir e estar com os seus clientes à vontade no mercado. -----

----- Eram essas as pequenas alterações na tabela de taxas. -----

----- **Membro Sandra de Almeida (CDU)** disse que tinham uma recomendação no outro mandato para 30% de redução aos comerciantes. Isso decorria de uma proposta apresentada em reunião de Câmara pelos Vereadores da CDU. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o Mercado da Ajuda, desde que foi recebido pela Junta de Freguesia em 2014 ou 2015, a única coisa que aconteceu foi redução de taxas. O anterior Presidente reduziu duas ou três vezes as taxas. O problema do mercado não era o valor das taxas, que eram muito baixas, por exemplo uma banca de venda eram trinta euros por mês e não era isso que fazia a diferença. A diferença era o pouco que a pessoa que lá estava vendia ou não vendia. Baixar ainda mais e degradar o mercado não parecia ser a melhor solução, o que não queria dizer que não pensassem sobre o assunto e junto com os comerciantes chegarem a um consenso. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Alteração da Tabela de Taxas (Deliberação JF nº 86/2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, Chega, PSD e CDS-PP) e 2 abstenções voto contra (IL e CDU) -----

----- **VI. Normas de controlo interno (Proposta JF nº 85/2025);** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o documento era obrigatório e auto-explicativo, por isso não havia muito a dizer sobre ele. Estava disponível para responder se achassem que havia alguma questão. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação as **Normas de controlo interno (Proposta JF nº 85/2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **VII. Protocolo interadministrativo de cooperação entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia da Ajuda;** -----

----- **VIII. Contrato de delegação de competências, manutenção de espaços verdes;**

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que eram dois protocolos que chegaram nesse dia e ajudava a compreender um bocadinho a conversa que tiveram anteriormente. Estavam a falar do protocolo interadministrativo, um protocolo que as Juntas de Freguesia de Lisboa costumavam ter com a Câmara anualmente e que nesse mandato foi feito apenas para o primeiro semestre, feito e pago, assinaram, executaram a tarefa e receberam. O problema foi o segundo semestre, fizeram as tarefas e não receberam porque também não havia documento executado. Chegou nesse dia e por isso tinha pedido à Senhora Presidente se fazia o favor de o integrar nessa Assembleia, mas estavam a falar de 92 mil euros e se tudo corresse tudo bem, porque tinha que ser aprovado na Assembleia de Freguesia, em reunião de Câmara, em Assembleia Municipal, não só tinha de ser aprovado como tinha que cumprir os trâmites legais. Se tudo corresse bem, talvez nesse ano pudesse receber esse dinheiro. Estavam a falar de tarefas de apoio à Câmara Municipal de Lisboa e de cooperação entre as duas entidades.

----- Era exatamente a mesma coisa para o segundo, que tinha a ver com o protocolo que começou por se chamar "expectantes", que eram terrenos à espera de novos usos na Cidade de Lisboa e que a Câmara passou para as Juntas da Freguesia, mas nos últimos anos tinha passado zonas ajardinadas juntamente com os expectantes. Dentro desse protocolo já tinham imensas zonas verdes tratadas, embora o valor fosse de 26 mil euros. Estavam em dezembro, tratando de todos os espaços verdes até agora e não só não tinham a coleta como não tinham o protocolo também feito. Mais uma vez, se tudo corresse bem, ficavam felizes se conseguissem receber até ao fim do mês. -----

----- Dizer isso não era dizer mal de ninguém, tinha a ver com as máquinas complexas que a Câmara de Lisboa tinha, mas a verdade era que a Junta precisou de ter condições para conseguir executar essas tarefas. Os jardins estavam tratados, modéstia a parte melhor que nunca, tinham feito uma melhoria substancial e contratado mais

funcionários. Ninguém acreditava que era com 26 mil euros que se conseguia tratar desses espaços verdes. Por exemplo na Memória, uns tempos atrás houve uma fuga e foi uma conta de 3.500 euros de água, até colocarem uns sinalizadores de excesso de consumo. Portanto, não era para fazer queixas, mas era para perceber que a gestão de uma entidade que não se podia endívidar tinha que ter alguma capacidade para poder acomodar tudo isso.-----

----- Não tinha nada diferente, o dos espaços verdes era exatamente igual ao que assinaram no ano anterior, tinha mais 500 euros. Era 26.250 e passou para 26.750. Podiam ver o feliz que tinha ficado com um aumento de 500 euros para espaços verdes.

----- O administrativo era de 92.000 euros mais qualquer coisa, exatamente igual à primeira tranche do primeiro semestre. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Protocolo interadministrativo de cooperação de cooperação entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia da Ajuda**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **Contrato de delegação de competências de manutenção dos espaços verdes**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Continuando, recordou que ainda estavam sob o Regimento do anterior mandato, era preciso rever o Regimento e convidada um representante de cada partido a descarregar o Regimento do mandato anterior e propunha que na segunda quinzena de janeiro marcassem um dia. Tentaria que o dia fosse bom para todos e o horário também e encontravam-se online, seria mais simpático, e faziam as alterações que entendessem necessárias ao Regimento para o novo mandato.-----

----- Se concordassem faziam isso. Não achava necessário pôr isso num ponto, eram todos pessoas de bem e era a conversar que se entendiam. Se concordavam com isso ficava combinado, na segunda semana de janeiro propunha uma data e depois encontravam-se online.-----

----- **Membro Luis de Almeida (PSD)** disse que tiveram uma sala completamente cheia de fregueses, tinham a sala quase na sua capacidade máxima. Já tinham falado nisso no mandato anterior, mas achava interessante pensarem em descentralizar e talvez arranjar um espaço com maior capacidade. Só deixaria essa sugestão, ponderar um sítio onde pudessem reunir com mais à vontade.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que não sabia se se recordavam, mas tiveram de transferir a Assembleia para ali. De repente parecia que estavam todos no café a trocar galhardetes uns com os outros e foi por esse motivo que voltaram a centralizar as Assembleias ali (na sede da Junta de Freguesia).-----

----- Não lhe parecia que tivessem mais assistência por descentralizar as Assembleias e o que era certo era que não tiveram tanto público como tinham, na presente sessão.-----

----- Uma vez que estava a haver uma parte de investimento no multiusos, não via outro sítio que não fosse o multiusos. Também um espaço gerido, ainda nas condições que sabiam, pela Junta de Freguesia. Na Oficina de Artes ou no multiusos da Ajuda teriam com certeza mais espaço para receber os fregueses que quisessem assistir às Assembleias. Eram todos bem-vindos e quantos mais melhor. -----

----- **Membro Luis de Almeida (PSD)** disse que outro ponto tinha a ver com a divulgação digital da Assembleia de Freguesia. Tinha visto que foi divulgada, mas se no dia anterior ou no próprio dia pudesse ser divulgada seria interessante.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que foi publicado no dia 4 e depois houve umas publicações no instagram da Junta com uma fotografia apelativa da Assembleia de Freguesia. Essa divulgação foi feita e o resultado estava à vista. -----

----- **Membro Luis de Almeida (PSD)** disse que na opinião do PSD podia ser feito algo mais, era do interesse de todos. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu que até podiam fazer uma partilha diária. -----

----- **Membro Luis de Almeida (PSD)** disse que deixava isso à consideração da Senhora Presidente. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que não era à sua consideração, ficava à consideração da comunicação, porque não era a responsável por essas partilhas.

----- **Membro Luis de Almeida (PSD)** disse que notara ser essa Assembleia um pouco mais ríspida do que era costume, fazendo lembrar outros tempos. O Jorge Marques lembrava-se que doze anos atrás, também quando houve uma alteração do quadro político da Freguesia, as Assembleias foram bastante atribuladas. Lembrava que todos eram democratas, as opiniões que partilhavam tinham a ver com as posições políticas e não tinham nada de pessoal e era bom que todos mantivessem a elevação democrática, porque ao fim e ao cabo estavam ali a representar quem estava do outro lado.-----

----- **Membro Emanuel Sousa (Chega)** disse que antes de mais queria congratular por essa sala cheia, não só os representantes a cumprir o seu dever para quem os elegeu, mas também de público. -----

----- Acima de tudo tinham duas propostas que queriam fazer e que podiam ser de bom tom. Fazer uma reunião para ouvir os fregueses e, em vez de ser diretamente ali, ser no Mercado da Ajuda. Levar os fregueses, fazê-los intervir e os eleitos podiam responder, orientar, encaminhar, fazer uma colaboração positiva. Seria uma reunião intercalar com data a marcar entre as reuniões ordinárias e seria uma forma de terem participação da Freguesia e os fregueses e vizinhos a contribuir diretamente.-----

----- A segunda proposta ia no seguimento da moção que aprovaram do centro intergeracional. Concordavam plenamente, mas ficou algo que devia ter sido enfatizado. Deviam pôr uma data fixa e concreta para garantir a conclusão, porque o Jorge Marques já estava ali há oito anos e sabia muito bem que o centro intergeracional era uma promessa há oito anos. Se não punham uma data isso ia ser adiado para as calendas, iam estar ali mais dez ou vinte anos a aprovar e a querer defender os ajudenses. Entre todos deviam arranjar uma data concreta durante o mandato, num prazo de dois anos. Os ajudenses tinham falta do centro intergeracional.-----

----- **Membro Sandra de Almeida (CDU)** disse que a CDU em Belém apresentou uma moção a propósito de terrenos existentes para habitação, esse flagelo que tinham e que era sobejamente conhecido. O título da moção era “Pôr os terrenos do Estado localizados em Belém ao serviço de uma política de habitação acessível com qualidade de vida e qualificação do espaço urbano”. A páginas tantas falava num terreno na Rua Alexandre de Sá Pinto, antigo Campo das Salésias, propriedade da ESTAMO”. Esse terreno era na Ajuda e fazia fronteira com Belém, queriam saber qualquer coisa sobre esse assunto uma vez que fazia parte da Freguesia da Ajuda, se eventualmente havia alguma ideia do que se previa para aquele terreno. O Campo das Salésias, não sabia ser mais acima ou abaixo, iria influenciar a questão do futebol e dos miúdos que ali praticavam a sua atividade. -----

----- Tinha um assunto que também era conhecido da Freguesia, os tais trabalhadores da higiene urbana que seriam dispensados. Já tiveram ocasião de falar sobre isso, perceber se eles seriam substituídos. Continuavam com a ideia que além de fazerem falta nas questões da higiene urbana, essa altura a seguir às eleições e na altura das festas também queria tentar perceber. Tinha a ver com o protocolo, já tiveram oportunidade de conversar, mas ainda assim tinham ali uma questão social para tentar derimir. Pedia alguma informação sobre isso também. -----

----- **Membro Maria João Jorge (PS)** disse que queria frisar dois problemas que achava que a Ajuda tinha nesse momento. Um era a higiene urbana, pela primeira vez estavam a sentir em grande força os problemas da remoção do lixo, fosse pelo autocarro pequeno que não passava no bairro, fosse o lixo junto aos ecopontos que passavam semanas sem serem removidos. Não sabia o que poderiam fazer sobre isso, mas era uma coisa que estava a crescer na Freguesia, no seu bairro. O autocarro pequeno, uma semana e meia e os caixotes estavam cheios de lixo, não eram mesmo removidos, estava o lixo ali semanas sem ser retirado. -----

----- Outra coisa tinha a ver com a proliferação dos pombos. Junto ao edifício da ANTRAL, ao posto de saúde da Nossa Senhora da Ajuda, eram dezenas de pombos. Os passeios estavam sujos, as caixas de eletricidade imundas, as portas imundas. Havia ali alimentação desses animais e tinha que se fazer qualquer coisa sobre esses dois assuntos urgentemente. -----

----- **Membro Verónica de Carvalho (CDS-PP)** disse que foi entregue nesse dia uma carta em mãos das análises da Associação Nacional dos Alistados das Formações Sanitárias. Não tinha a ousadia de achar que conhecia o conteúdo da carta, mas foi por sugestão que... Pedro Gomes a se dirigir à Junta da Ajuda. -----

----- Gostaria de reforçar que as ANAFS faziam um trabalho comunitário muito bom. A possibilidade de haver uma parceria ou um protocolo talvez fosse muito interessante, nomeadamente na proteção anti-sísmica, primeiros-socorros, ajudar as pessoas mais idosas, as crianças da Freguesia, alguns ensinamentos. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o terreno da Alexandre de Sá Pinto, conhecido como o terreno das Salésias, era um terreno só e que tinha várias ocupações. Tinha o campo de jogos das Salésias, tinha um parque de estacionamento em cima e terreno expectante semi-ocupado. Não sabia se todos se lembravam, na época que foi reconstruído o Campo das Salésias já havia barracas por todos os lados, incluindo o próprio campo. -----

----- Para os que não sabiam, era um campo histórico de Portugal, foi ali o primeiro campo relvado em que a seleção portuguesa jogou e onde o glorioso Belenenses foi campeão. Era um campo muito importante e foi renovado, mas à época era muito difícil e uma das soluções foi juntar-se instituições, a Câmara, a Junta de Freguesia, a escola Marquês de Pombal, para conseguir chegar a uma solução. A Marquês de Pombal porque tinha os balneários, a Câmara porque financiava, havia o apoio da Fundação EDP, e a Junta de Freguesia porque à época tinha um Presidente de Junta com grande capacidade de argumentação junto dos ocupantes de maneira a convencê-los a desocupar o local com barracas, sem ser por via de máquinas e coisas mais violentas. Na verdade conseguiu e com o financiamento da Câmara fez-se aquela obra. Houve uns que saíram de todo, outros desviaram, uns que já lá tinham umas oficinas continuaram. -

----- Aquele terreno era da ESTAMO e diria que era dos dois ou três terrenos onde rapidamente se podia fazer habitação pública, não havia razão nenhuma para não se fazer. Podiam-se fazer mais coisas e havia uma coisa simples, que era fazer a ligação da Rua Alfredo da Silva à Rua Matateu, duas ruas sem saída e ficava resolvido. Havia ali várias coisas que podiam ser resolvidas e durante esses anos tinha tentado convencer os vários Vereadores do urbanismo sobre a importância daquela intervenção, sem grande sucesso, também da ESTAMO poder construir. -----

----- Há pouco tempo houve uma notícia de que o Estado Central ia dar uso, que não se sabia exatamente qual, imaginava que para funções públicas de construção, mas não se percebia exatamente. Percebia-se que era associado a privados e que o Campo das Salésias não era mexido. Naquele campo não se conseguia jogar futebol de onze oficial, aquele relvado sintético haveria de durar mais dois ou três anos e era importante que

tudo o que se fizesse lá garantisse que se ganhassem mais uns poucos metros e na próxima intervenção o campo também ganhava um bocadinho mais de dimensões. -----

----- Diria que aquele era um espaço de oportunidade para fazer habitação pública relativamente fácil, mas tinha que o seu proprietário, que era o Estado Central e nesse caso entregue à ESTAMO, ter vontade para isso. -----

----- Aquilo ficou porque o IHRU precisava de um levantamento fornecido pela Câmara, porque daquele terreno todo havia um cantinho, o Beco do Viçoso, que era privado, mas era um espaço de oportunidade e muito bem visto, diria que era uma das maneiras mais fáceis de fazer habitação pública. -----

----- Quanto aos funcionários da higiene urbana, a entrada e saída de pessoas numa escala como a Junta de Freguesia fazia parte da gestão de tudo isso. Não despediam pessoas, tinham avenças com o advogado, com o arquiteto, com a professora de zumba e também com a higiene urbana. Tinham acabado de votar um Orçamento em que faziam o reforço substancial, mais 100 mil euros, não era por falta de investimento em pessoal na higiene urbana. Não se ia pôr a explicar as razões pelas quais as pessoas entravam ou saíam, era uma questão de gestão do pessoal da Junta de Freguesia. Teriam todo o gosto em cada vez ter mais e ter todos, mas nem sempre numa casa dessa dimensão isso era possível. Ultimamente entraram dois para fazer outras funções, não eram da higiene urbana, mas era uma casa onde entravam e saíam pessoas com alguma frequência, não aqueles que eram de funções permanentes. Algum do financiamento ia de delegações de competências, que também elas começavam e terminavam. -----

----- Sobre os contentores era verdade, até a Senhora Vereadora que agora tomou posse reconhecia que não era possível a situação na cidade com falta de capacidade para recolher os resíduos nos contentores. Não era uma competência da Junta, por delegação de competências tinham a recolha de sacos à volta das eco-ilhas, mas era uma função muito diferente daquela que acordaram em 2018. Pontualmente havia uns sacos para recolher, agora havia todos os dias e quase em todas as eco-ilhas sacos para recolher. Iam lá às nove da manhã, recolhiam, mas se a eco-ilha não fosse despejada ao meio-dia já estavam cheios e se fossem novamente ao meio-dia voltava a estar às duas da tarde. Não estava a alienar uma parte da responsabilidade, o que estava a dizer era que seria fundamental que esses contentores fossem removidos. -----

----- Nesse bairro havia umas ruas mais apertadas e onde os carros porque tinham pressa, porque tinham velocidade, porque alguém estacionava mal, invariavelmente não iam. Sinalizavam isso com frequência e era muito desagradável para as pessoas terem quatro ou cinco dias o contentor à porta sem ser recolhido. O compromisso era que iriam trabalhar e tinha ficado muito feliz porque a nova Vereadora que tomou posse ia com um espírito renovador e de fazer muito pela cidade, ali teria o apoio da Junta de Freguesia para fazer o melhor e resolver o problema do lixo. -----

----- Os pombos eram também um problema. Não sabia se repararam, mas espalharam por toda a Freguesia a informar as pessoas que era proibido alimentar pombos no espaço público. Tinha falado com o Senhor Comandante da Polícia Municipal a pedir-lhe ajuda, mas a algumas pessoas era difícil explicar que aquilo não podia acontecer e se não fossem alimentados aquilo não acontecia. Tinham um pombal contracetivo, mas só um também não resolvia o problema, era preciso haver um investimento grande na problemática das aves. -----

----- Quanto ao CDS, tinha recebido a carta, era dia de Assembleia e tinha lido a correr. Pensava que ia por um assunto que também lhes era muito caro, eles precisavam de ajuda, estavam a ser despejados e tinham o sítio ideal para, que era o antigo espaço da cinotécnica no 2 de Maio. Não era uma função definitiva, que podia ser pontual. Enquanto a Câmara decidia ou não o que fazer com aquele espaço essa instituição podia

aproveitá-lo e ajudava a que não se dessem usos indevidos que podiam acontecer naquele espaço se não tivesse ninguém a cuidar dele. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** leu e submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.

----- Concluída a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____
----- PRESIDENTE -----

*Adeude: Na sessão n.º 2 de Assembleia
Ordinária deste frequency
comparto pouco antes de alguns elementos
do Público, obrigou a intervenção de Sr. Presidente
no sentido de exigir respeito por todos os
efeitos desta Assembleia incluindo os efeitos
de execução presidenciais*